

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

CONTRATANTE (UASG) 102131 – EEFE/USP

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, CONTEMPLANDO A IMPLANTAÇÃO DE 182 (CENTO E OITENTA E DOIS) PONTOS DE REDE, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS, TAIS COMO ELETROCALHAS, ELETRODUTOS, CANALETAS DE ALUMÍNIO APARENTES, ENTRE OUTROS; BEM COMO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE 105 (CENTO E CINCO) CÂMERAS, INTEGRANDO-AS AO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO EXISTENTE DA EEFE-USP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 739.547,61

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/05/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h30

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR GRUPO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Link: www.compras.gov.br



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

EEFE/USP

Processo SEI nº 154.00011270/2025-77

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da **Escola de Educação Física e Esporte – EEFE/USP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado, contemplando a implantação de 182 (cento e oitenta e dois) pontos de rede, com fornecimento de todos os materiais necessários, tais como eletrocalhas, eletrodutos, canaletas de alumínio aparentes, entre outros; bem como o fornecimento, instalação e configuração de 105 (cento e cinco) câmeras, integrando-as ao sistema de videomonitoramento existente da EEFE-USP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **GRUPO/LOTE ÚNICO**, formados por todos os itens do objeto, conforme tabela constante no Termo de Referência e os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFÉ

- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
 - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
 - 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
 - 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. O impedimento de que trata o subitem **2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
 - 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.5.2** e **2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
 - 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.10. A vedação de que trata o item **2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1** e **7.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFÉ

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. Valor do item.
 - 4.1.2. Marca.
 - 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **seguirá a seguinte tabela:**

ITEM	NOME	INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES (R\$)
01	IMPLANTAÇÃO DE 182 (CENTO E OITENTA E DOIS) NOVOS PONTOS DE CONECTIVIDADE EM CABEAMENTO UTP	R\$ 400,00
02	FORNECIMENTO DE 105 CÂMERAS IP	R\$ 1,50
03	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DAS 105 CÂMERAS, CONFIGURAÇÃO, COMISSIONAMENTO E INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO EXISTENTE DA EEFE-USP	R\$ 30,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento)



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 5.21.2.2. empresas brasileiras.
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.
- 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **6.10** do edital.
- 5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF.
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **6.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **3.6** deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis.
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 7.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail **stieefe@usp.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do **ANEXO VII**.
- 7.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1**.
- 7.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://sei.sp.gov.br/> ou mediante solicitação formal via e-mail: compraseefe@usp.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 9.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
 - 9.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - 9.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail compraseefe@usp.br.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.eefe.usp.br.
- 11.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Descritivo Técnico do Projeto

ANEXO III – Proposta Comercial;

ANEXO IV – Minuta de Contrato

ANEXO V – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

ANEXO VI – Termo de Ciência e Notificação

ANEXO VII – Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades

São Paulo, na data de sua assinatura eletrônica.

PROF. DR. UMBERTO CESAR CORREA

Diretor da Escola de Educação Física e Esporte da USP



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE – EEFE/USP

Processo SEI nº 154.00011270/2025-77

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado, contemplando a implantação de 182 (cento e oitenta e dois) pontos de rede, com fornecimento de todos os materiais necessários, tais como eletrocalhas, eletrodutos, canaletas de alumínio aparentes, entre outros; bem como o fornecimento, instalação e configuração de 105 (cento e cinco) câmeras, integrando-as ao sistema de videomonitoramento existente da EEFE-USP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	SERVIÇO IMPLANTAÇÃO DE 182 (CENTO E OITENTA E DOIS) NOVOS PONTOS DE CONECTIVIDADE EM CABEAMENTO UTP , e toda a infraestrutura de encaminhamento (eletrocalhas, eletrodutos e canaletas de alumínio aparentes) necessária para suportar a conexão de Câmeras, Antenas de rede sem-fio e a área de trabalho (AT) dos usuários da rede local, conforme Descritivo Técnico do Objeto (Anexo II)	13692	SERVIÇO	1	530.907,71	530.907,71
	2	FORNECIMENTO DE CÂMERAS IP DE 4 MP, de acordo com os seguintes REQUISITOS: <ul style="list-style-type: none">• Resolução mínima: 4 MP (2560 x 1440);• Sensor de imagem: CMOS progressivo 1/2.9";• Lente fixa: distância focal de 2,8 mm;• Ângulo de visão: mínimo de 95° (horizontal);• Iluminação mínima: 0,006 Lux em modo colorido e 0 Lux com IR ativado;	623908	UNIDADE	105	1.627,84	170.923,20



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

		<ul style="list-style-type: none">• Alcance IR: no mínimo 30 metros;• Recursos de Inteligência Artificial (IA): detecção de pessoas e veículos; suporte a linha e cerca virtual;• Compressão de vídeo: H.265/H.264, com suporte a compressão inteligente (H.265+/H.264+);• Taxa de quadros: até 30 FPS em todas as resoluções;• Streaming: mínimo de 2 fluxos de vídeo simultâneos (dual stream);• Áudio: microfone embutido com compressão G.711 ou equivalente;• Armazenamento local: entrada para cartão microSD de até 256 GB;• Rede: interface Ethernet 10/100 Base-T, compatível com protocolo ONVIF (perfil S/T/G);• Alimentação: PoE (IEEE 802.3af) e 12 VDC;• Proteção: Grau de proteção mínimo IP67 contra poeira e água;• Construção: corpo metálico ou metálico/plástico de alta durabilidade;• Condições de operação: -40 °C a +60 °C; umidade <95%;• Consumo máximo: até 5,1 W. <p>Modelo de referência: Indica-se como modelo de referência a câmera Intelbras VIP 3430 D IA, sem que tal indicação implique exclusividade, servindo apenas como parâmetro para aferição de equivalência técnica e de configuração mínima.</p> <p>Será aceita a oferta de equipamentos de outras marcas, desde que atendam ou superem as especificações técnicas exigidas e sejam plenamente compatíveis com o software de gerenciamento Digifort, conforme as necessidades da Unidade.</p> <p>Ver mais informações no Descritivo Técnico do Objeto (Anexo II)</p>					
	3	INSTALAÇÃO DE 105 CÂMERAS IP DE 4 MP, incluindo todos os serviços necessários para configuração, comissionamento e integração ao sistema de videomonitoramento existente da EEFE-USP, conforme	22977	SERVIÇO	1	37.716,70	37.716,70



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

		especificações técnicas descritas neste Termo de Referência					
		Ver mais informações no Descritivo Técnico do Objeto (Anexo II)					

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Na presente contratação, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, **a Administração optou por indicar o modelo de câmera para fins de referência**, com o intuito de complementar a descrição do item, conforme o art. 41, I, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021. Esta medida busca proporcionar maior clareza nas especificações e requisitos técnicos exigidos, sem, contudo, restringir a concorrência.

1.2. **As informações detalhadas do objetivo desta contratação constam no Anexo II – Descritivo Técnico do Projeto, que contempla quantitativos, cronograma físico, normas aplicáveis e demais informações pertinentes.**

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados da **data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

1.5. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme manifestação do setor demandante.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos de sustentabilidade relacionados à execução de serviços de construção civil, demolição e descarte de resíduos.

Garantia da contratação

- 4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação).
- 4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o licitante deverá informar uma das seguintes modalidades de garantia que irá prestar:
- I. **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do **CONTRATANTE** no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.
 - II. **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
 - III. **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
 - IV. **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o licitante vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.
 - V. **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.
- 4.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **de segunda à sexta-feira, em horário disponibilizado pela Administração.**
- 4.6. A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.
- 4.7. Serão disponibilizados datas e horários diferentes para os interessados em realizar a vistoria prévia. Os interessados deverão agendar a visita técnica ao local dos serviços, enviando um e-mail para stieefe@usp.br. O agendamento deve ser feito preferencialmente com 48 horas de antecedência, em relação ao horário desejado ou disponibilizado.
- 4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.9. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do **ANEXO VII**.
- 4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.
- 4.11. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, as plantas do projeto da EEFE poderão ser solicitadas por meio eletrônico, devendo o pedido ser formalmente endereçado para stieefe@usp.br.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 5.1.1. **Reunião de início dos serviços: até 5 dias corridos a contar da assinatura do contrato;**
 - 5.1.2. Início da execução do objeto: **até 15 dias corridos a contar da assinatura do contrato;**
 - 5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Deverá seguir as especificações



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

contidas neste Termo de Referência e demais anexos do edital, especialmente o Anexo II – Descritivo Técnico do Projeto, bem como o que for acordado na reunião de início dos serviços.

- 5.1.4. Cronograma de realização dos serviços: **60 (sessenta) dias úteis**, de acordo com o cronograma definido na reunião de início dos serviços, considerando, principalmente, a dinâmica de uso e ocupação dos espaços. O Cronograma constante neste edital (ANEXO II) constitui estimativa da Administração. **A empresa vencedora deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, o cronograma detalhado, compatível com sua proposta e com as etapas da execução dos serviços.**

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Escola de Educação Física e Esporte - USP, Av. Prof. Mello Moraes, 65 - Cidade Universitária, CEP: 05508-030, São Paulo/SP**

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas**. Podendo, por conveniência da EEFE/USP, ser solicitada a prestação dos serviços também aos finais de semana.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas estimadas neste Termo de Referência e demais anexos do edital, bem como alinhadas na reunião para início dos serviços
- 5.5. À Contratada caberá:
- 5.5.1. Dispor de equipe técnica qualificada para a execução dos serviços;
 - 5.5.2. Utilizar materiais de alta qualidade e adequados para cada etapa do processo;
 - 5.5.3. Cumprir o prazo de execução estabelecido;
 - 5.5.4. Manter o local de trabalho limpo e organizado;
 - 5.5.5. Informar o cliente sobre qualquer imprevisto que possa ocorrer durante a execução dos serviços.
 - 5.5.6. Proteger e isolar as áreas de intervenção, proporcionando segurança aos funcionários e visitantes da EEFE/USP.
 - 5.5.7. Demais obrigações constantes no Anexo II – Descritivo Técnico do Projeto.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

Especificação da garantia do serviço e fornecimento

- 5.7. O prazo de garantia é de, no mínimo, de **12 (doze) meses** para fornecimento e instalação.

Procedimentos de transição e finalização do contrato



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas eventualmente alinhadas na reunião de início dos serviços.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

Gestor do Contrato

- 6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. Para fins de medição, recebimento e pagamento serão consideradas as informações seguintes, **bem como as informações complementares detalhadas no Anexo II – Descritivo Técnico do Projeto**.
- 7.1.1. O cronograma apresentado, nos termos do item 5.1.4 deste Termo de Referência, será utilizado como instrumento de planejamento, acompanhamento e aferição da execução contratual, servindo de base para a liberação dos pagamentos, conforme a efetiva medição dos serviços executados.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 7.2. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.
- 7.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
- 7.2.1.1. não produzir os resultados acordados,
 - 7.2.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

- 7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período.
- 7.4. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **5 (dias) úteis**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.10.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 7.10.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.10.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.10.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.12.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.18. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.20. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.20.1. São condições para a liberação do pagamento:
- O recebimento definitivo do objeto.
 - A entrega da documentação fiscal completa.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).
- 7.21. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.21.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.21.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.22. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.23. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.24. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.25. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.28. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 7.29. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.18. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.19. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples.
- 8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
 - 8.22.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - 8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
 - 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação
- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

- 8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 8.28. **A licitante deverá indicar profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no CREA ou conselho profissional competente, que será o responsável técnico pela execução dos serviços.**
- 8.28.1. **A comprovação do vínculo do profissional com a licitante poderá ocorrer mediante apresentação de contrato social, ficha de empregado, carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou declaração de disponibilidade para atuação na execução contratual.**
- 8.28.2. Por ocasião do início da execução contratual, a contratada deverá apresentar o respectivo documento de responsabilidade técnica emitido pelo conselho profissional competente, conforme a natureza do profissional indicado, tais como ART, RRT ou TRT.
- 8.29. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.29.1.1. Execução de serviços de fornecimento, instalação e certificação de rede de cabeamento estruturado UTP Categoria 6, em quantitativo mínimo de 90 (noventa) pontos de rede;**
- 8.29.1.2. Execução de serviços de fornecimento, instalação e configuração de sistema de videomonitoramento, contemplando a instalação de, no mínimo, 50 (cinquenta) câmeras.**
- 8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.29.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros.

Outras comprovações

- 8.30. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.

8.31. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.31.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição.
- b) Finalidade do consórcio.
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas.
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto **CONTRATADO**, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

8.31.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.31.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.31.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
 - 8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
 - 8.32.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
 - 8.32.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.
 - 8.32.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
 - 8.32.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
 - 8.32.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.33. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.33.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
 - 8.33.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$739.547,61 (setecentos e trinta e nove mil quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/Unidade: **Escola de Educação Física e Esporte da USP;**
 - II. Fonte de Recursos: **Tesouro;**
 - III. Programa de Trabalho: **122;**
 - IV. Elementos de Despesa: **339030, 339039, 339040;**
 - V. Plano Interno: **Planejamento da Unidade.**

São Paulo, na da assinatura eletrônica.

Tedson Rocha dos Santos Belfort
Pregoeiro e Agente de Contratação
Portaria EEFE/USP nº 01/2026, de 06/01/2026



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 2NQW-3BIA-P3MJ-2C4F no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/2NQW-3BIA-P3MJ-2C4F>

Tedson Rocha dos Santos Belfort

Nº USP: 15729014

Data: 13/05/2026 12:44

Perfil assinante:: Agente de Contratação e Pregoeiro

Umberto Cesar Correa

Nº USP: 1819294

Data: 13/05/2026 12:54

Perfil assinante:: Diretor da Unidade

ANEXO II

DESCRIÇÃO DO OBJETO

PONTOS DE REDE E CÂMERAS**I. OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para Prestação de serviços de instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado, com o fornecimento de materiais. A execução do objeto irá ocorrer no **Edifício da Escola de Educação Física e Esporte** (EEFE-USP), localizado na **Av. Prof. Mello Moraes, 65 – Vila Universitaria - São Paulo - SP - Brasil - CEP – 05508-030**, nos exatos termos das especificações e condições mínimas constantes neste edital e seus anexos. Todas as atividades deverão ser executadas durante o horário comercial (das 08:00 às 18:00).

Para a execução do projeto de rede local, objeto da presente licitação, será considerado o prazo máximo de **60 (sessenta) dias uteis** para a execução do serviço no edifício supracitado contado a partir da aceitação formal do cronograma pela **EEFE-USP**.

II. DESCRITIVO TÉCNICO DO PROJETO

O projeto, objeto da presente licitação, trata da implantação da rede de cabeamento estruturado em alguns edifícios da **Escola de Educação Física e Esporte** da USP (EEFE-USP).

Foi prevista a implantação de **182 (cento e oitenta e dois)** novos pontos de conectividade em cabeamento UTP, e toda a infraestrutura de encaminhamento (eletrocalhas, eletrodutos e canaletas de alumínio aparentes) necessária para suportar a conexão de **Câmeras, Antenas de rede sem-fio e a área de trabalho (AT) dos usuários da rede local**.

Os edifícios da EEFE-USP contemplados pelo projeto são: **Blocos A, B, C, D, D (Lanchonete) e Transporte/Copa**. Foi prevista a distribuição de pontos nesses locais da seguinte forma:

Bloco	Pavimento	Quantidade de Pontos
A	Térreo	24
B	Térreo	53
C	Térreo	37
D	Térreo	21
	1º pavimento	7
	2º pavimento	7
	3º pavimento	7
	4º pavimento	7
D (Antiga Lanchonete)	Térreo	8
Transporte/Copa	Térreo	11
	TOTAL	182

Tabela 01 – Distribuição de pontos

O projeto de rede prevê a implantação da infraestrutura de encaminhamento partindo da área de trabalho (AT) até o rack existente para atendimento dos pontos, que em sua maior parte serão instalados no alto para o atendimento de Câmeras e Antenas de rede sem-fio.

IMPORTANTE: está previsto no escopo deste projeto o fornecimento e a instalação de todos os materiais de infraestrutura e conectividade de rede.

As plantas baixas do projeto serão fornecidas às licitantes por ocasião da vistoria técnica, ou em outro momento através do Setor de Informática da Escola de Educação Física da USP, localizado na **Av. Prof. Mello Moraes, 65 – Vila Universitária - São Paulo - SP - Brasil - CEP – 05508-030 (stieefe@usp.br)**

Sobre a documentação do projeto:

- Plantas baixas (formato .PDF): essas plantas apresentam a distribuição da infraestrutura de encaminhamento projetada para o edifício (representada na cor **AZUL (eletrocalhas) e VERDE (eletrodutos)**) e a disposição dos pontos de rede nas salas/ambientes do edifício (cor **VERMELHA**);

- A seguir, constam as Planilhas de: 1) Materiais de infraestrutura, 2) Materiais de Conectividade e 3) Serviços de instalação (dos materiais de infraestrutura e Conectividade). **Materiais de Conectividade Bloco A, Transporte Copa, Bloco B e Bloco C, Bloco D/ Antiga Lanchonete;**

Planilha 1 – Materiais de Conectividade Bloco A

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	4	cxs	Cabo UTP, não blindado, LSZH, 4 pares, cor azul, cat. 6;				
2	24	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor preta, cat. 6;				
3	24	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo				

Superintendência de Tecnologia da Informação - Centro de Tecnologia da Informação de São Paulo

Avenida Professor Luciano Gualberto, Travessa 3, nº 71, Butantã – Cidade Universitária
05508-010 São Paulo/SP Brasil Tel e Fax +55 (11) 3091-6400 e-mail sti@usp.br

			keystone, cor branca cat. 6;				
4	1	un	Patch panel modular, descarregado, padrão 19", cor preto;				
5	7	un	Patch cord de estação LSZH, cor azul, cat. 6, 2,5 mts;				
6	39	un	Patch cord de manobra LSZH, cor azul, cat. 6, 1 mts;				
7	2	un	Patch cord de estação LSZH, cor azul, cat. 6, 5 mts;				
8	11	un	Espelho 4x2, cor branca, 2 posições, com 2 espelho cego para 1 posição;				
9	2	un	Guia de cabo 1UA, com tampa, para padrão 19"				
10	11	un	Caixa aparente 4x2, cor branca;				
11	10	un	Caixa de sobrepor Surface Box, 1 posição;				
12	2	un	Fita reutilizável para amarração de cabos UTP (Velcro fino), cor preto;				

OBS.: Os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 compõe uma mesma solução de cabeamento estruturado.

Planilha 2 – Materiais de Conectividade Transporte/Copa

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	un	Rack fechado de parede, 6 UA, com tampas laterais perfuradas/removíveis, com 1 ventilador de teto, porta frontal acrílica com chave, tomada de rede elétrica, 4 tomadas, com 24 parafusos e porca gaiola;				
2	1	cxs	Cabo UTP, não blindado, LSZH, 4 pares, cor azul, cat. 6;				
3	11	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor preta, cat. 6;				
4	11	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor branca cat. 6;				
5	1	un	Patch panel modular, descarregado, padrão 19", cor preto;				
6	8	un	Patch cord de estação LSZH, cor azul, cat. 6, 2,5 mts;				
7	14	un	Patch cord de manobra LSZH, cor azul, cat. 6, 1 mts;				
8	1	un	Espelho 4x2, cor branca, 2 posições, com 2 espelho				

			cego para 1 posição;				
9	2	un	Guia de cabo 1UA, com tampa, para padrão 19"				
10	1	un	Caixa aparente 4x2, cor branca;				
11	1	un	Caixa de sobrepor Surface Box, 1 posição;				
12	2	un	Fita reutilizável para amarração de cabos UTP (Velcro fino), cor preto;				

OBS.: Os itens 02, 03, 04, 05, 06 e 07 compõe uma mesma solução de cabeamento estruturado.

Planilha 3 – Materiais de Conectividade Bloco B

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	un	Rack fechado de parede, 12 UA, com tampas laterais perfuradas/removíveis, com 1 ventilador de teto, porta frontal acrílica com chave, tomada de rede elétrica, 4 tomadas, com 50 parafusos e porca gaiola;				
2	10	cxs	Cabo UTP, não blindado, LSZH, 4 pares, cor azul, cat. 6;				
3	53	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor preta, cat. 6;				
4	53	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor branca cat. 6;				
5	3	un	Patch panel modular, descarregado, padrão 19", cor preto;				
6	48	un	Patch cord de estação LSZH, cor azul, cat. 6, 2,5 mts;				
7	58	un	Patch cord de manobra LSZH, cor azul, cat. 6, 1 mts;				
8	8	un	Espelho 4x2, cor branca, 2 posições, com 2 espelho cego para 1 posição;				
9	6	un	Guia de cabo 1UA, com tampa, para padrão 19"				
10	8	un	Caixa aparente 4x2, cor branca;				
11	18	un	Caixa de sobrepor Surface Box, 2 posição;				
12	2	un	Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 06 fibras SM com Acoplador LC ;				
13	1	un	Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 12 fibras SM com Acoplador LC;				
14	4	un	Patch cord óptico LC-LC, SM, polimento UPC-UPC, curto;				
15	350	mts	Cabo de fibra Óptica Monomodo (9/125µm) - uso Interno / Externo - CFOA-SM-DDR-S-06;				
16	6	un	Fita reutilizável para amarração de cabos UTP (Velcro fino), cor preto;				

OBS.: Os itens 02, 03, 04, 05, 06 e 07 compõe a mesma solução de Cabeamento

Planilha 4 – Materiais de Conectividade Bloco C

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	8	cxs	Cabo UTP, não blindado, LSZH, 4 pares, cor azul, cat. 6;				
2	37	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor preta, cat. 6;				
3	37	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor branca cat. 6;				
4	2	un	Patch panel modular, descarregado, padrão 19", cor preto;				
5	74	un	Patch cord de manobra LSZH, cor azul, cat. 6, 1 mts;				
6	12	un	Espelho 4x2, cor branca, 2 posições, com 2 espelho cego de 1 posição;				
7	3	un	Guia de cabo 1UA, com tampa, para padrão 19"				
8	12	un	Caixa aparente 4x2, cor branca;				
9	18	un	Caixa de sobrepor Surface Box, 2 posição;				
10	4	un	Fita reutilizável para amarração de cabos UTP (Velcro fino), cor preto;				

OBS.: Os itens 01, 02, 03, 04 e 05 compõe a mesma solução de Cabeamento

Planilha 5 – Materiais de Conectividade Bloco D e Bloco D (Lanchonete)

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	8	cxs	Cabo UTP, não blindado, LSZH, 4 pares, cor azul, cat. 6;				
2	57	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor preta, cat. 6;				
3	57	un	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor branca cat. 6;				
4	6	un	Patch panel modular, descarregado, padrão 19", cor preto;				
5	114	un	Patch cord de manobra LSZH, cor azul, cat. 6, 1 mts;				
6	36	un	Espelho 4x2, cor branca, 2 posições, com 2 espelho cego para 1 posição;				

7	12	un	Guia de cabo 1UA, com tampa, para padrão 19"				
8	36	un	Caixa aparente 4x2, cor branca;				
9	25	un	Caixa de sobrepor Surface Box, 2 posição;				
10	12	un	Fita reutilizável para amarração de cabos UTP (Velcro fino), cor preto;				

OBS.: Os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 compõe a mesma solução de Cabeamento

Planilha 6 - Materiais de Infraestrutura Bloco A, Transporte Copa, Bloco B e Bloco C e Bloco D/Lanchonete;

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	96	mts	Eletroduto liso galvanizado a fogo de 2";				
2	90	un	Abraçadeira tipo D, 2", com cunha;				
3	32	un	Unidute reto de alumínio de 2";				
4	44	un	Unidute cônico de alumínio de 2" com bucha e arruela;				
5	32	un	Condulete de alumínio 2", tipo C, com tampa;				
6	65	mts	Eletroduto liso galvanizado de 1";				
7	12	mts	Eletroduto liso galvanizado a fogo de 1";				
8	70	un	Abraçadeira tipo D, 1", com cunha;				
9	4	un	Curva longa de eletroduto de 90", 1";				
10	20	un	Unidute reto de alumínio de 1";				
11	50	un	Unidute cônico de alumínio de 1" com bucha e arruela;				
12	10	mts	Fita de aço, perfurada para fixação de eletroduto de 1";				
13	10	un	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 15x15x12cm;				
14	14	un	Condulete de alumínio tipo C de 1", com tampa;				
15	6	mts	Conduite Espiralado Fléxivel 1", cor preto;				
16	3	cento	Parafuso S8 com bucha e arruela;				

Planilha 7 - Materiais de Infraestrutura Transporte/Copa

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	7	mts	Eletroduto liso galvanizado a fogo de 1";				
2	10	un	Abraçadeira tipo D, 1", com cunha;				
3	4	un	Unidute reto de alumínio de 1";				
4	6	un	Unidute cônico de alumínio de 1" com bucha e arruela;				
5	2	mts	Fita de aço, perfurada para fixação de eletroduto de 1";				
6	2	un	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 15x15x12cm;				
7	2	un	Condutele de alumínio tipo C de 1" , a fogo com tampa;				
8	4	cento	Parafuso S8 com bucha e arruela;				
9	9	mts	Canelata de Alumínio, tipo D, tampa ranhurada, perfil, 25, cor branca;				
10	2	un	Curva Vertical Interna, ranhurada, perfil, 25, cor branca;				
11	3	un	Porta Equipamento, Keystone para 4 posições, cor branca, perfil 25;				
12	1	un	Caixa de Derivação Aparente, tipo X, perfil 25, cor branca;				
13	1	un	Curva Horizontal, raio 60mm, perfil 25, com tampa ranhurada, cor branca, com septo;				
14	3	un	Tampa Terminal, perfil 25, cor branca;				

Planilha 8 - Materiais de Infraestrutura Bloco B

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	barra	Eletrocalha perfurada, 300x50mm, com virola, chapa 18, com tampa, com acessórios de fixação e talas de emendas;				
2	34	barra	Eletrocalha perfurada, 100x100mm, com virola, chapa 18, com tampa, com acessórios de fixação,				

			derivação, talas de emendas, tampa terminal 100x100mm;				
3	1	un	Te Horizontal 90" , perfurada, 300x50mm com tampa, virola, chapa 18;				
4	1	un	Curva Vertical Externa 90", 300x50mm perfurada, com tampa, virola, chapa 18;				
5	2	un	Flange para Eletrocalha 100x100mm;				
6	2	un	Te Horizontal 90" , perfurada, 100x100mm com tampa, virola, chapa 18;				
7	3	barras	Eletrocalha perfurada, 50x50mm, com virola, chapa 18, com tampa, com acessórios de fixação e talas de emendas;				
8	1	un	Curva Horizontal de 90', perfurada, com tampa, virola, chapa 18, 50x50mm;				
9	2	un	Curva externa 90", perfurada, com virola, tampa, 100x100mm, chapa 18;				
10	1	un	Curva externa 90", perfurada, com virola, tampa, 300x50mm, chapa 18;				
11	1	un	Flange para Eletrocalha 50x50mm;				
12	1	un	Flange para Eletrocalha 300x50mm;				
13	3	mts	Eletroduto galvanizado liso de 2";				
14	10	un	Abraçadeira tipo D, 2", com cunha;				
15	6	un	Unidute reto de alumínio de 2";				
16	4	un	Unidute cônico de alumínio de 2" com bucha e arruela;				
17	1	un	Condute de alumínio 2", tipo C, com tampa;				
18	3	un	Curva longa de eletroduto de 90", 2";				
19	160	mts	Eletroduto liso galvanizado de 1";				
20	50	un	Abraçadeira tipo D, 1", com cunha;				
21	20	un	Curva longa de eletroduto de 90", 1";				
22	50	un	Unidute reto de alumínio de 1";				
23	66	un	Unidute cônico de alumínio de 1" com bucha e arruela;				
24	10	mts	Eletroduto liso galvanizado de 1 1/2";				
25	4	un	Unidute reto de alumínio de 1 1/2";				

26	4	un	Unidute cônico de alumínio de 1 1/2" com bucha e arruela;				
27	18	un	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 15x15x12cm;				
28	2	un	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 20x20x12cm;				
29	30	un	Condulete de alumínio tipo C de 1" com tampa;				
30	10	mts	Conduite Espiralado Fléxivel 1", cor preto;				
31	3	cento	Parafuso S8 com bucha e arruela;				
32	6	mts	Canaleta de Alumimínio tipo D, perfil de 25, tampa ranhurada, cor branca;				
33	1	un	Tampa terminal, cor branca, perfil 25;				
34	2	un	Porta equipamento para 4 posições, cor branca, perfil 25, padrão kestone;				
35	2	un	Adaptador 3x1 para Eletroduto de 1", perfil 25, cor branca;				
36	1	un	Caixa de Derivação tipo X, perfil 25, cor branca;				
37	2	un	Saída lateral para eletroduto de 1 1/2";				

Planilha 9 - Materiais de Infraestrutura Bloco C

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	140	mts	Eletroduto liso galvanizado de 1";				
2	94	un	Abraçadeira tipo D, 1", com cunha;				
3	18	un	Curva longa de eletroduto de 90", 1";				
4	44	un	Unidute reto de alumínio de 1";				
5	68	un	Unidute cônico de alumínio de 1" com bucha e arruela;				
6	28	un	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 15x15x12cm;				
7	30	un	Condulete de alumínio tipo C de 1" com tampa;				
8	2	mts	Conduite Espiralado Fléxivel 1", cor preto;				
9	3	cento	Parafuso S8 com bucha e arruela;				

Planilha 10 - Materiais de Infraestrutura Bloco D e Bloco D (Lanchonete);

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	78	mts	Eletroduto liso galvanizado de 1";				
2	52	un	Abraçadeira tipo D, 1", com cunha;				
3	6	un	Abraçadeira tipo D, 1 1/2", com cunha;				
4	12	un	Curva longa galvanizada de 90", 1";				
5	16	un	Unidute reto de alumínio de 1";				
6	62	un	Unidute cônico de alumínio de 1" com bucha e arruela;				
7	10	un	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 15x15x12cm;				
8	12	un	Condulete de alumínio tipo C de 1" com tampa;				
9	3	mts	Conduite Espiralado Fléxivel 1", cor preto;				
10	2	cento	Parafuso S8 com bucha e arruela;				
11	3	mts	Duto de Alumínio tipo D, cor branca, com tampa ranhurada, perfil 25;				
12	2	un	Adaptador de eletroduto 3x1, cor branca, perfil 25;				
13	3	un	Porta equipamento 3x1, cor branca, perfil de 25, padrão para conector keyston;				
14	2	un	Tampa termial, perfil 25, cor branca;				
15	16	un	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 15x15x12cm;				
16	18	mts	Eletroduto liso galvanizado a fogo de 1";				
17	10	mts	Eletroduto liso galvanizado a fogo de 1 1/2";				
18	2	un	Unidute cônico de alumínio de 1 1/2" com bucha e arruela;				
19	3	un	Condulete de alumínio tipo C de 1 1/2" com tampa;				

Planilha 11 – Serviços Bloco A, Transporte/Copa, Bloco B, Bloco C, Bloco D e Bloco D (Lanchonete);

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6	Un	- Serviços de instalação de materiais de infraestrutura e conectividade para rede local interna (LAN), com o fornecimento dos materiais, lançamento de cabos UTP cat. 6 LZSH e fibras óticas, certificações de todos os pontos de rede elaborado no projeto e fusões de fibra óticas;	R\$ -	R\$ -
2	5	Un	Fornecimento e instalação de 5 Alcapões com medidas de 40x40 cm;	R\$ -	R\$ -
3	1	Un	O uso de uma de Plataforma Elevatória/aerea para passarem fibra ótica e cabo UTP para atendimento das câmeras/wi-fi nas quadras e na área da piscina, fica a cargo da empresa contratada;		

III. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO OBJETO

Materiais de infraestrutura de rede

Os materiais (e acessórios) de infraestrutura de rede, são todos aqueles utilizados para o encaminhamento de cabos metálicos e/ou ópticos ao longo dos espaços nas instalações. Utilizada para proteção dos cabos, os elementos de infraestrutura podem ser de diferentes materiais e dimensões e estendem-se desde o equipamento de distribuição, instalado nas salas técnicas, até a área de trabalho do usuário ou pontos de instalação de um equipamento. Além de eletrocalhas, eletrodutos, e outros, no grupo Infraestrutura de encaminhamentos consideramos também os acessórios utilizados na fixação dos elementos como suportes e acessórios de junção. **Elementos NÃO previstos nas planilhas de materiais de infraestrutura como parafusos, porcas, arruelas, buchas e demais acessórios de fixação, derivação ou união que se farão necessários para o processo de instalação de algum dos componentes de infraestrutura, também deverão ter o seu fornecimento previsto, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA.**

IMPORTANTE: será necessária a utilização de Plataforma Elevatória/aérea para o processo de implantação da infraestrutura de encaminhamento e passagem das fibras ópticas e cabeamento UTP para atendimento dos pontos previstos para câmeras e antenas de rede sem-fio que estão próximos às quadras esportivas e na área da piscina da EEFÉ-USP; o fornecimento e custeio desta plataforma ficará por conta da empresa CONTRATADA.

Materiais de infraestrutura em Alumínio

Eletrocalhas

1. O tipo de eletrocalha (lisa ou perfurada) será especificado no projeto;
2. As eletrocalhas deverão possuir virola e serem fornecidas com tampa de pressão;
3. As eletrocalhas deverão ser fabricadas em aço galvanizado, e caso a espessura NÃO esteja especificada em planilha de projeto, esta deve ser: 18 MSG (ou 1,2mm) para eletrocalhas com área de secção transversal superior a 20.000mm² e espessura (bitola) de 20 MSG (0,9mm) para eletrocalhas com área de secção transversal inferior a 20.000mm²;
4. Deverão ser fornecidas em barras de 3 (três) metros e apresentar cantos arredondados;
5. Os acessórios (curvas, tês, reduções, flanges, etc), deverão ser fornecidos no mesmo padrão das eletrocalhas, porém sem virola;
6. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Eletroduto de 1”

1. Os eletrodutos deverão ser rígidos;
2. Deverão ser fabricados em aço carbono galvanizado, com espessura de no mínimo 0,75mm;
3. Deverão ser fornecidos em barras de 3 (três) metros e em conformidade com a medida em diâmetro especificada no projeto;
4. Os acessórios de fixação (abraçadeiras) e união (unidutes retos, unidutes cônicos) deverão ser oferecidos em compatibilidade com a medida dos eletrodutos (em diâmetro/polegadas), prover elevada resistência mecânica (para sua devida fixação nos eletrodutos) e resistência à corrosão.
5. Os acessórios de derivação (curvas, condutores, etc), deverão ser fornecidos em compatibilidade com a medida (em diâmetro/polegadas) dos eletrodutos e prover elevada resistência mecânica e resistência à corrosão. **Obs:** as curvas deverão ser constituídas de aço carbono galvanizado (mesmo material dos eletrodutos).
6. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Canaletas de alumínio aparentes (e acessórios)

Todos os produtos de infraestrutura aparente para cabos elétricos e de comunicação de dados (canaletas e acessórios) devem ser de um mesmo fabricante. O canal instalado deve ser compatível com os requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 569-B. Os produtos devem ter garantia de pelo menos o período de 12 (doze) meses.

O fabricante deve ser uma empresa certificada ISO 9001 e ISO 14001. **Todas as comprovações técnicas deverão ser feitas através de certificado(s) válidos e apresentados juntamente** com os *datasheets* dos produtos que compõem a solução ofertada.

As Canaletas de alumínio deverão ser pintadas na cor branca (ou cor definida no projeto) com tinta eletrostática, e possuir uma divisão interna (septo divisor) que permita a passagem de cabeamento da rede de dados/voz separado da rede elétrica em todo o percurso destes tipos de cabos, inclusive em acessórios de derivação e curvas.

Canaletas de Alumínio aparentes com tampa

1. A canaleta para instalação aparente, assim como sua tampa, deve ser em alumínio extrudado com no mínimo 1,5mm de espessura, dimensões externas mínimas de 70mm x 24mm e máximas de 75mm x 28mm e constituída de liga especial 6060-T5, com características paramagnéticas e garantia de blindagem aos campos eletromagnéticos e não centelhamento;
2. A canaleta deve ter tratamento superficial: anodizado e/ou pintado. Quando pintada, a pintura deve ser de alta qualidade com pré-cromatização (base) e aplicação de tinta pó híbrida/poliéster com cura a 210 graus centígrados. Quando anodizada deve possuir uma camada de anodização mínima de 10 micras;
3. Por padrão, a canaleta deverá ser fornecida na cor Branca (quando não especificada outra cor em projeto);
4. A canaleta deverá permitir repetibilidade, expansão e ou substituição das instalações bem com a fácil alteração de leiaute;
5. A canaleta deverá possuir laudos de ensaios que comprovem a atenuação de interferência eletromagnética;
6. A canaleta deverá possuir 1 (uma) divisão interna fixa (septo divisor), segmentando sua área interna em 2/3 (dois terços) para o cabeamento estruturado (dados) e 1/3 (um terço) para o cabeamento elétrico;
7. Comprimento da canaleta: 2 (dois) metros ou 3 (três) metros;
8. A tampa da canaleta deverá ser com encaixe para fechamento sob pressão garantindo excelente fixação mecânica quando fechada e de fácil remoção, não deixando frestas entre a tampa e os septos divisores, quando estes existirem;
9. As tampas deverão ter pintura de alta qualidade com pré-cromatização (base) e aplicação de tinta pó híbrida/poliéster com cura a 210 graus centígrados;
10. Por padrão, as tampas das canaletas deverão ser fornecidas na cor Branca (quando não especificada outra cor em projeto);
11. Por padrão, o tipo das tampas deverá ser Plana Ranhurada quando não especificados outros tipos (Plana Lisa, Curva Lisa, Curva Ranhurada) no projeto.
12. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Curvas para instalações aparentes

1. As curvas devem ser fabricadas utilizando alumínio e/ou material termoplástico antichama nível UL 94V-0. Todas as comprovações técnicas deverão ser feitas através de certificado emitido por laboratório independente;
2. As curvas para instalações APARENTES devem ser fabricadas pelo processo de injeção de alumínio sob pressão ou ABS antichama;
3. Devem ser fixadas nas canaletas por encaixe sob pressão, permitindo a continuidade mecânica do conjunto;
4. A curva deve ter raio interno compatível com o raio de curvatura exigido pelo cabo que será usado;

5. Não será permitido o uso de meia esquadria ou outra forma para realização de curvas, tanto no sentido horizontal como no vertical;
6. As curvas devem ser dotadas de divisão interna (septo divisor) para segmentação do cabeamento de dados e de elétrica. A área de dados deverá ser equivalente à 2/3 (dois terços) da área total da canaleta, e a área de elétrica deverá corresponder a 1/3 (um terço) da área total da canaleta.

Adaptador de descida de canaleta

1. O adaptador deverá ser fabricado utilizando alumínio e/ou material termoplástico antichama nível UL 94V-0. O documento que comprova a certificação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*;
2. O adaptador deverá dispor de 3 (três) saídas para eletrodutos de 1"; sendo 2 (duas) para o cabeamento de dados e 1 (uma) para o cabeamento de elétrica.
3. O adaptador deverá ter tratamento superficial: anodizado e ou pintado. Quando pintado, a pintura deve ser de alta qualidade com pré-cromatização (base) e aplicação de tinta pó híbrida/poliéster com cura a 210 graus centígrados. Quando anodizada deve possuir uma camada de anodização mínima de 10 micras.
4. Por padrão, os adaptadores deverão ser fornecidos na cor Branca (quando não especificada outra cor em projeto);
5. Os adaptadores deverão ser fornecidos em compatibilidade com as medidas (Altura x Largura) das canaletas definidas em projeto;
6. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Caixas de Derivação para canaletas aparentes

1. As caixas devem ser fabricadas utilizando alumínio e/ou material termoplástico com homologação junto a órgãos competentes como UL, ABNT, INMETRO. A matéria prima utilizada deve ser isenta de halogenados e ter característica antichama a nível V0. O documento que comprova a certificação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*;
2. As caixas de derivação devem possuir base de alumínio injetado, com furações para permitir sua fixação em parede;
3. As caixas de derivação devem ser constituídas de material termoplástico ABS com matéria prima certificada na UL, isenta de halogenados;
4. As caixas de derivação deverão ser providas de selos removíveis para se ajustarem às medidas da canaleta e/ou duto ofertado.
5. As caixas de derivação deverão ter pintura com pré-cromatização (base) e aplicação de tinta pó híbrida/poliéster com cura a 210 graus centígrados.
6. Por padrão, as caixas de derivação deverão ser fornecidas na cor Branca (quando não especificada outra cor em projeto);
7. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Moldura para alçapão 40cm x 40cm

1. Moldura constituída de material alumínio;
2. Pintura eletrostática na cor branca;

Superintendência de Tecnologia da Informação - Centro de Tecnologia da Informação de São Paulo

Avenida Professor Luciano Gualberto, Travessa 3, nº 71, Butantã – Cidade Universitária
05508-010 São Paulo/SP Brasil Tel e Fax +55 (11) 3091-6400 e-mail sti@usp.br

3. Medidas de 40cm (L) x 40 cm (C);

Materiais de infraestrutura em PVC

Caixa de terminação (ou porta-equipamentos)

1. A Caixa de Terminação ou Porta Equipamentos deverá ser fabricada(o) com material termoplástico ABS, isenta de halogenados. Todas as comprovações técnicas deverão ser feitas através de certificado emitido por laboratório independente. O documento que comprova a certificação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*;
2. Sua fixação deve ser por encaixe sob pressão sobre nas canaletas, permitindo que os equipamentos de saída (tomadas de elétrica, tomadas RJ-45, etc) fiquem totalmente fora da área interna da canaleta, deixando livre a seção da mesma apenas para passagem do cabeamento de dados;
3. A Caixa de Terminação ou Porta Equipamentos deverá estar preparada para receber tomadas no padrão NBR 14136, além de poder receber tomadas RJ-45 (tipo fêmea).
4. A Caixa de Terminação ou Porta Equipamentos deverá estar preparada(o) para receber tomadas de elétrica no padrão NBR 14136. Sua fabricação deve atender as normas EIA/TIA 568 e 569 referente à garantia do raio de curvatura mínimo exigido para o cabeamento de dados categoria 6.
5. Os blocos para as tomadas de dados (e/ou blocos cegos) deverão ser compatíveis com a caixas de terminação (ou porta-equipamentos) ofertado.
6. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Tampa terminal para canaletas aparentes

1. A tampa terminal deverá ser fabricada(o) com material termoplástico ABS, isenta de halogenados;
2. A cor da tampa deverá ser compatível com a cor da canaleta de alumínio ofertada;
3. A tampa terminal deverá ter medidas compatíveis com a canaleta de alumínio ofertada, para perfeito encaixe e acabamento das instalações;
4. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Materiais de Conectividade

Os materiais de conectividade de rede, são todos os elementos necessários para constituir os pontos de conexão à rede cabeada para todos os dispositivos usuários. Dentro do escopo desta contratação seguem as especificações dos elementos que serão aplicados para estabelecer esses pontos de conexão:

Cabo UTP - Categoria 6 - LSZH-3

Cabo de pares trançados não blindados - UTP (*Unshielded Twisted Pair*) de 4 (quatro) pares, 8 (oito) condutores de fio rígido de cobre com diâmetro de 23 ou 24 AWG, com isolamento de polietileno de alta densidade, possibilitando taxas de transmissão de 1 Gbps,

destinado ao uso em ambiente tropical com umidade relativa na faixa de 20 a 80% (sem condensação) e temperatura ambiente na faixa de -10 a 60°C, com as seguintes características:

1. O cabo deverá ser certificado/homologado pela ANATEL conforme resolução nº 242 de 30 de novembro de 2000. O documento que comprova a certificação/homologação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*;
2. O cabo deverá possuir diâmetro aproximado de 6,0mm;
3. O cabo deve superar os requisitos da norma TIA/EIA-568.2-D, para categoria 6;
4. As cores da capa do isolante de cada fio deverão atender às especificações TIA/EIA-568.2-D;
5. Testado eletronicamente após a fabricação em todos os parâmetros previstos na norma TIA/EIA-568.2-D;
6. O cabo deverá suportar aplicação *Power over Ethernet* IEEE 802.3bt Tipo 4, suportando 100W de potência em segmentos de até 100m;
7. O cabo deve suportar aplicações *Gigabit Ethernet* 1000Base-T IEEE802.3ab e *MultGigabit Ethernet* 2.5GBaseT IEEE 802.3bz em segmento de até 100m;
8. O cabo deve suportar aplicação *MultGigabit Ethernet* 5GBaseT IEEE 802.3bz em segmento de até 55m;
9. O revestimento externo deve atender as especificações **IEC 60332-3, 60754-2, 61034-2**. O cabo deverá possuir classificação **LSZH-3**;
10. O cabo deverá possuir revestimento externo nas cores cinza (preferencialmente) ou verde ou azul;
11. O cabo deverá ser fornecido em caixas RIB (*Reel in Box*) com 305m de cabo UTP;
12. Deve proporcionar raio de curvatura de no mínimo 4 (quatro) vezes o diâmetro do cabo;
13. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Conector RJ-45 fêmea CATEGORIA 6, para *patch panel*

1. Corpo em material termoplástico de alto impacto retardante a chamas;
2. Conector frontal padrão RJ-45 (8P8C) com contatos revestidos com 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;
3. Os circuitos impressos devem estar totalmente confinados dentro de cada módulo, ou seja, o conector deve conter proteção para os circuitos impressos, evitando danos aos mesmos durante e depois do processo de terminação do cabeamento horizontal;
4. Contatos IDC com revestimento de níquel em toda a longitude do contato. Revestimento adicional de chumbo-estanho na área de contato com o cabo;
5. Em alternativa ao revestimento descrito no item 4, os contatos IDC poderão ser de bronze fosforoso com revestimento adicional de chumbo-estanho na área de contato com o cabo;
6. Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional, *Certificates of Conformance ANSI/TIA-568-C.2 Category 6*. **O documento que comprova a certificação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*, no decorrer do certame;**
7. O conector RJ-45 deve favorecer o processo de terminação do cabo com destrançamento do cabo inferior a 13 mm;
8. O conector RJ-45 deve ser confeccionado na cor **preta** e totalmente compatível com o *patch panel* modular ofertado;

9. O conector RJ-45 deve possuir no seu corpo, a codificação de pinagem em concordância tanto para o padrão *ANSI/TIA/EIA T568-A* quanto para o padrão *ANSI/TIA/EIA T568-B*;
10. O método de conectorização deve dispensar o uso de ferramenta de terminação por impacto, sendo este processo realizado por intermédio de ferramenta e/ou mecanismo próprio da solução apresentada (*tool less*);
11. O conector RJ-45 deve possuir capa protetora para os contatos traseiros, não sendo esta capa considerada ferramenta ou acessório de terminação;
12. O conector RJ-45 deve ser testado eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação, em todos os parâmetros da *ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Category 6*;
13. O conector deve permitir a reconectorização do cabo nos contatos IDC, pelo menos 5 (cinco) vezes, e a reinserção de plugues RJ-45 (*jack*), pelo menos, 750 (setecentos e cinquenta) vezes;
14. Caso o conector ofertado necessite de ferramenta para sua terminação, deverá ser fornecida uma unidade da ferramenta para cada centena completa de conectores fornecidos;
15. O conector deve ser adequadamente embalado;
16. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Conector RJ-45 fêmea CATEGORIA 6, para *work area*

1. Corpo em material termoplástico de alto impacto retardante a chamas;
2. Conector frontal padrão RJ-45 (8P8C) com contatos revestidos com 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;
3. Os circuitos impressos devem estar totalmente confinados dentro de cada módulo, ou seja, o conector deve conter proteção para os circuitos impressos, evitando danos aos mesmos durante e depois do processo de terminação do cabeamento horizontal;
4. Contatos IDC com revestimento de níquel em toda a longitude do contato. Revestimento adicional de chumbo-estanho na área de contato com o cabo;
5. Em alternativa ao revestimento descrito no item 4, os contatos IDC poderão ser de bronze fosforoso com revestimento adicional de chumbo-estanho na área de contato com o cabo;
6. Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional, *Certificates of Conformance ANSI/TIA-568-C.2 Category 6*. **O documento que comprova a certificação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*, no decorrer do certame;**
7. O conector RJ-45 deve favorecer o processo de terminação do cabo com destrançamento inferior a 13 mm;
8. O conector RJ-45 deve ser confeccionado na cor **branca** e ter o encaixe totalmente compatível com o elemento da *work area* (porta-equipamentos, espelho 4x2, etc) que irá receber o cabeamento horizontal;
9. O conector RJ-45 deve possuir no seu corpo, a codificação de pinagem em concordância tanto para o padrão *ANSI/TIA/EIA T568-A* quanto para o padrão *ANSI/TIA/EIA T568-B*;
10. O método de conectorização deve dispensar o uso de ferramenta de terminação por impacto, sendo este processo realizado por intermédio de ferramenta e/ou mecanismo próprio da solução apresentada (*tool less*);
11. O conector RJ-45 deve possuir capa protetora para os contatos traseiros, não sendo esta capa considerada ferramenta ou acessório de terminação;

12. O conector RJ-45 deve ser testado eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação, em todos os parâmetros da *ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Category 6*;
13. O conector deve permitir a reconectorização do cabo nos contatos IDC, pelo menos 5 (cinco) vezes, e a reinserção de plugues RJ-45 (*jack*), pelo menos, 750 (setecentos e cinquenta) vezes;
14. Caso o conector ofertado necessite de ferramenta para sua terminação, deverá ser fornecida uma unidade da ferramenta para cada centena completa de conectores fornecidos;
15. O conector deve ser adequadamente embalado;
16. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Patch Panel Modular, 24 portas, Cat.6 (unidade)

1. O *Patch Panel* deverá ser do tipo descarregado, e ter capacidade para inserção de 24 (vinte e quatro) conectores RJ-45 (*jack*) individuais;
2. O *Patch Panel* deverá possuir largura padrão IEC 19 polegadas e altura máxima de 1 UA (Unidade de Altura, 44,445mm);
3. O *Patch Panel* deverá ter sua estrutura construída em material metálico;
4. O *Patch Panel* deverá possuir pintura eletrostática ou superior;
5. O *Patch Panel* deverá ser fornecido na cor preta;
6. O *Patch Panel* deverá ser totalmente compatível com o conector RJ-45 (*jack*) ofertado;
7. O *Patch Panel* deverá possuir guia traseiro que permita a organização do cabeamento horizontal na parte traseira do *rack* caso a mesma funcionalidade não esteja presente no organizador de cabos ofertado;
8. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Patch cord UTP LSZH - CATEGORIA 6 - CURTO (unidade)

O conjunto montado, formado por um cabo UTP flexível com condutores multifilares (*stranded*), com impedância de aproximadamente 100 ohms, com diâmetro máximo de 24 AWG por condutor e dois plugs RJ-45 8P/8C, deverá apresentar as seguintes características:

1. O *patch cord* deverá possuir comprimento entre 1,0 e 1,5 metro (com tolerância de 10%);
2. O cabo deverá ser homologado pela ANATEL conforme resolução nº 242 de 30 de novembro de 2000. **O documento que comprova a certificação/homologação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*, no decorrer do certame;**
3. Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional, *Certificates of Conformance ANSI/TIA-568.2-D Category 6*. **O documento que comprova a certificação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*, no decorrer do certame;**
4. Os plugues RJ-45 devem ser revestidos com uma camada de 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;

5. O *patch cord* deverá ter a capa externa do cabo confeccionada na cor azul, cinza, verde ou branca;
6. O *patch cord* devem ter a sua codificação de pinagem em concordância com as especificações ANSI/TIA/EIA T568-A/B;
7. Estrutura do plugue: policarbonato transparente com características que atendam as especificações UL 94V-0;
8. O revestimento externo deve atender as especificações **IEC 60332-3, 60754-2, 61034-2**. O cabo deverá possuir classificação **LSZH-3**;
9. O *patch cord* deve ser montado 100% em fábrica;
10. O *patch cord* deve ser testado eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação, em todos os parâmetros da *ANSI/TIA-568.2-D Category 6*;
11. O *patch cord* deverá vir em embalagem individual;
12. O *patch cord* deverá possuir *boot* para proteção mecânica dos cabos contra esforços de torção e flexão e para proteção do dispositivo de travamento;
13. O *patch cord* não deverá apresentar *boot* com área de seção transversal superior à do plug 8p8c utilizado na terminação;
14. O *patch cord* deverá permitir, no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) ciclos de inserção;
15. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Patch cord UTP LSZH - CATEGORIA 6 - MÉDIO (unidade)

O conjunto montado, formado por um cabo UTP flexível com condutores multifilares (*stranded*), com impedância de aproximadamente 100 ohms, com diâmetro máximo de 24 AWG por condutor e dois plugs RJ-45 8P/8C, deverá apresentar as seguintes características:

1. O *patch cord* deverá possuir comprimento entre 2,5 e 3,0 metros (com tolerância de 10%);
2. O cabo deverá ser homologado pela ANATEL conforme resolução nº 242 de 30 de novembro de 2000. **O documento que comprova a certificação/homologação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*, no decorrer do certame;**
3. Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional, *Certificates of Conformance ANSI/TIA-568.2-D Category 6*. **O documento que comprova a certificação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*, no decorrer do certame;**
4. Os plugues RJ-45 devem ser revestidos com uma camada de 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;

Superintendência de Tecnologia da Informação - Centro de Tecnologia da Informação de São Paulo

Avenida Professor Luciano Gualberto, Travessa 3, nº 71, Butantã – Cidade Universitária
05508-010 São Paulo/SP Brasil Tel e Fax +55 (11) 3091-6400 e-mail sti@usp.br

5. O *patch cord* deverá ter a capa externa do cabo confeccionada na cor azul, cinza, verde ou branca;
6. O *patch cord* devem ter a sua codificação de pinagem em concordância com as especificações ANSI/TIA/EIA T568-A/B;
7. Estrutura do plugue: policarbonato transparente com características que atendam as especificações UL 94V-0;
8. O revestimento externo deve atender as especificações **IEC 60332-3, 60754-2, 61034-2**. O cabo deverá possuir classificação **LSZH-3**;
9. O *patch cord* deve ser montado 100% em fábrica;
10. O *patch cord* deve ser testado eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação, em todos os parâmetros da *ANSI/TIA-568.2-D Category 6*;
11. O *patch cord* deverá vir em embalagem individual;
12. O *patch cord* deverá possuir *boot* para proteção mecânica dos cabos contra esforços de torção e flexão e para proteção do dispositivo de travamento;
13. O *patch cord* não deverá apresentar *boot* com área de seção transversal superior à do plug 8p8c utilizado na terminação;
14. O *patch cord* deverá permitir, no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) ciclos de inserção;
15. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Patch cord UTP LSZH - CATEGORIA 6 - LONGO (unidade)

O conjunto montado, formado por um cabo UTP flexível com condutores multifilares (*stranded*), com impedância de aproximadamente 100 ohms, com diâmetro máximo de 24 AWG por condutor e dois plugs RJ-45 8P/8C, deverá apresentar as seguintes características:

1. O *patch cord* deverá possuir comprimento entre 5,0 e 6,0 metros (com tolerância de 10%);
2. O cabo deverá ser homologado pela ANATEL conforme resolução nº 242 de 30 de novembro de 2000. **O documento que comprova a certificação/homologação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*, no decorrer do certame;**
3. Componente certificado por laboratório independente de reconhecimento internacional, *Certificates of Conformance ANSI/TIA-568.2-D Category 6*. **O documento que comprova a certificação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*, no decorrer do certame;**
4. Os plugues RJ-45 devem ser revestidos com uma camada de 50 micro polegadas de ouro sobre uma camada de 100 micro polegadas de níquel;

Superintendência de Tecnologia da Informação - Centro de Tecnologia da Informação de São Paulo

Avenida Professor Luciano Gualberto, Travessa 3, nº 71, Butantã – Cidade Universitária
05508-010 São Paulo/SP Brasil Tel e Fax +55 (11) 3091-6400 e-mail sti@usp.br

5. O *patch cord* deverá ter a capa externa do cabo confeccionada na cor azul, cinza, verde ou branca;
6. O *patch cord* devem ter a sua codificação de pinagem em concordância com as especificações ANSI/TIA/EIA T568-A/B;
7. Estrutura do plugue: policarbonato transparente com características que atendam as especificações UL 94V-0;
8. O revestimento externo deve atender as especificações **IEC 60332-3, 60754-2, 61034-2**. O cabo deverá possuir classificação **LSZH-3**;
9. O *patch cord* deve ser montado 100% em fábrica;
10. O *patch cord* deve ser testado eletronicamente, 100% em fábrica, após a fabricação, em todos os parâmetros da *ANSI/TIA-568.2-D Category 6*;
11. O *patch cord* deverá vir em embalagem individual;
12. O *patch cord* deverá possuir *boot* para proteção mecânica dos cabos contra esforços de torção e flexão e para proteção do dispositivo de travamento;
13. O *patch cord* não deverá apresentar *boot* com área de seção transversal superior à do plug 8p8c utilizado na terminação;
14. O *patch cord* deverá permitir, no mínimo, 750 (setecentos e cinquenta) ciclos de inserção;
15. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 06 fibras SM com Acoplador LC

Materiais destinados ao uso em ambiente tropical com umidade relativa na faixa de 20 a 80% (sem condensação) e temperatura ambiente na faixa de 10 a 32°C e/ou 10 a 62°C;

1. Quadro de distribuição interna óptica composto de:
 - . 01 (um) chassi modular com profundidade de no máximo 415 mm e altura de 1U;
 - a. 01 (um) painel de acopladores ópticos;
 - b. 03 (três) acopladores LC duplex ou 06 (seis) simplex
 - c. 01 (uma) bandeja para acomodação de 12 (doze) emendas por fusão;
 - d. 06 (seis) “pigtaills” para terminação.
 0. O Chassi deverá possuir gaveta corrediça e/ou telescópica deslizante pré-montada, tampa frontal constituída de material acrílico basculante, lâmina frontal de encaixe dos módulos acopladores com recuo para gerenciamento de cordões ópticos e capacidade para fixar painéis de conexão de módulos acopladores permitindo até 48 (quarenta e oito) fibras no conjunto de painéis;
 0. A gaveta corrediça deverá ter um recuo suficiente para acomodar adequadamente os patch cords ópticos (jumpers) e permitir o fechamento da porta frontal sem

- comprometê-los. Deverão ser fornecidas ainda 04 (quatro) braçadeiras para prender as fibras ópticas ao chassi;
0. O Chassi deverá ser construído em estrutura metálica e/ou alumínio, com espaço interno para reserva técnica dos cabos de fibras ópticas e acessórios de fusão, projetada para instalação em rack de 19 polegadas.
 0. Todos os acessórios para instalação imediata em rack de 19 polegadas devem ser ofertados e entregues;
 0. O Chassi deverá ter capacidade para acomodar bandejas que suportem até 48 (quarenta e oito) fusões;
 0. Deverá ser fornecida 1 (uma) bandeja no conjunto, para a acomodação imediata de 06 (seis) emendas por fusão;
 0. O DIO deverá possuir estrutura modular que possibilite a instalação de painéis para acopladores tipo LC e que possibilite ainda instalação de cassetes de fibras ópticas pré-conectorizadas que façam uso de conectores do tipo MPO;
 0. A estrutura deverá permitir a entrada de cabos ópticos lateralmente ou pela traseira de forma que os cabos possam ser fixados em 4 (quatro) pontos diferentes simultaneamente;
 0. O DIO deverá permitir a remoção da tampa superior para acesso às bandejas e cabos ópticos;
 0. O conjunto deverá ser fornecido na cor preta;
 0. O suporte de fixação em Rack de 19" deverá ser móvel, permitindo assim o ajuste da profundidade do chassi (DIO) ao Rack;
 0. Os acopladores (tipo LC/LC) são para fibra monomodo de 9/125 μm ; deverão ser ofertados na cor azul e sua fixação no painel deve ocorrer sem a necessidade de parafuso;
 0. Os "pigtaills" deverão ser de fibra óptica monomodo de 9/125 μm com conector LC azul, com polimento UPC em uma extremidade e não ser terminado na outra;
 0. Os painéis fornecidos no conjunto deverão ser de engate rápido e capazes de acomodar, na capacidade máxima do chassi, 24 (vinte e quatro) acopladores LC Duplex ou ainda 48 (quarenta e oito) acopladores simplex, sem angulação;
 0. Deverão ser fornecidos painéis em quantidade suficiente para acomodação imediata de 03 (três) acopladores LC duplex ou 06 (seis) acopladores LC simplex;
 0. Deverão ser fornecidos no conjunto 03 (três) acopladores LC duplex ou 06 (seis) acopladores LC simplex;
 0. Os acoplamentos deverão possuir perda máxima de inserção de 0,16 dB e perda por retorno superior a 18 dB;
 0. Os acopladores e os conectores deverão estar em conformidade com padrões ANSI/TIA/EIA-568-B.3 e ISO/IEC IS 11801;
 0. Os "pigtaills" deverão possuir 01 (um) ou 1,5 (um e meio) metro de comprimento, com tolerância de 5%;
 0. Os "pigtaills" deverão possuir revestimento primário de acrilato com 250 μm de espessura e secundário de 900 μm ;
 0. Cada bandeja para acomodação de emenda por fusão deverá comportar no mínimo 12 (doze) fibras ópticas;
 0. Deverá ser fornecido junto com a bandeja um conjunto de 06 (seis) protetores de emenda;
 0. Deverão ser fornecidos acessórios para ancoragem dos cabos ópticos à estrutura do DIO;
 0. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 12 fibras SM com Acoplador LC

Materiais destinados ao uso em ambiente tropical com umidade relativa na faixa de 20 a 80% (sem condensação) e temperatura ambiente na faixa de 10 a 32°C e/ou 10 a 62°C;

1. Quadro de distribuição interna óptica composto de:
 - . 01 (um) chassi modular com profundidade de no máximo 415 mm e altura de 1U;
 - a. Painel(s) de acopladores ópticos;
 - b. 06 (seis) acopladores LC duplex ou 12 (doze) simplex
 - c. 01 (uma) bandeja para acomodação de 12 (doze) emendas por fusão;
 - d. 12 (doze) “pigtaills” para terminação.
0. O Chassi deverá possuir gaveta corrediça e/ou telescópica deslizante pré-montada, tampa frontal constituída de material acrílico basculante, lâmina frontal de encaixe dos módulos acopladores com recuo para gerenciamento de cordões ópticos e capacidade para fixar painéis de conexão de módulos acopladores permitindo até 48 (quarenta e oito) fibras no conjunto de painéis;
0. A gaveta corrediça deverá ter um recuo suficiente para acomodar adequadamente os patch cords ópticos (jumpers) e permitir o fechamento da porta frontal sem comprometê-los. Deverão ser fornecidas ainda 04 (quatro) braçadeiras para prender as fibras ópticas ao chassi;
0. O Chassi deverá ser construído em estrutura metálica e/ou alumínio, com espaço interno para reserva técnica dos cabos de fibras ópticas e acessórios de fusão, projetada para instalação em rack de 19 polegadas.
0. Todos os acessórios para instalação imediata em rack de 19 polegadas devem ser ofertados e entregues;
0. O Chassi deverá ter capacidade para acomodar bandejas que suportem até 48 (quarenta e oito) fusões;
0. Deverá ser fornecida 1 (uma) bandeja no conjunto, para a acomodação imediata de 12 (doze) emendas por fusão;
0. O DIO deverá possuir estrutura modular que possibilite a instalação de painéis para acopladores tipo LC e que possibilite ainda instalação de cassetes de fibras ópticas pré-conectorizadas que façam uso de conectores do tipo MPO;
0. A estrutura deverá permitir a entrada de cabos ópticos lateralmente ou pela traseira de forma que os cabos possam ser fixados em 4 (quatro) pontos diferentes simultaneamente;
0. O DIO deverá permitir a remoção da tampa superior para acesso às bandejas e cabos ópticos;
0. O conjunto deverá ser fornecido na cor preta;
0. O suporte de fixação em Rack de 19” deverá ser móvel, permitindo assim o ajuste da profundidade do chassi (DIO) ao Rack;
0. Os acopladores (tipo LC/LC) são para fibra monomodo de 9/125 µm; deverão ser ofertados na cor azul e sua fixação no painel deve ocorrer sem a necessidade de parafuso;
0. Os “pigtaills” deverão ser de fibra óptica monomodo de 9/125 µm com conector LC azul, com polimento UPC em uma extremidade e não ser terminado na outra;
0. Os painéis fornecidos no conjunto deverão ser de engate rápido e capazes de acomodar, na capacidade máxima do chassi, 24 (vinte e quatro) acopladores 415mm LC Duplex ou ainda 48 (quarenta e oito) acopladores simplex, sem angulação;
0. Deverão ser fornecidos painéis em quantidade suficiente para acomodação imediata de 06 (seis) acopladores LC duplex ou 12 (doze) acopladores LC simplex;

- 0. Deverão ser fornecidos no conjunto 06 (seis) acopladores LC duplex ou 12 (doze) acopladores LC simplex;
- 0. Os acoplamentos deverão possuir perda máxima de inserção de 0,16 dB e perda por retorno superior a 18 dB;
- 0. Os acopladores e os conectores deverão estar em conformidade com padrões ANSI/TIA/EIA-568-B.3 e ISO/IEC IS 11801;
- 0. Os “pigtaills” deverão possuir 01 (um) ou 1,5 (um e meio) metro de comprimento, com tolerância de 5%;
- 0. Os “pigtaills” deverão possuir revestimento primário de acrilato com 250 µm de espessura e secundário de 900 µm;
- 0. Cada bandeja para acomodação de emenda por fusão deverá comportar no mínimo 12 (doze) fibras ópticas;
- 0. Deverá ser fornecido junto com a bandeja um conjunto de 12 (doze) protetores de emenda;
- 0. Deverão ser fornecidos acessórios para ancoragem dos cabos ópticos à estrutura do DIO;
- 0. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Patch cord óptico LC-LC, SM, polimento UPC-UPC - CURTO

Patch cord óptico com terminação LC-LC destinado ao uso em ambiente tropical com umidade relativa na faixa de 20 a 80% (sem condensação) e temperatura ambiente na faixa de 10 a 32°C, com as seguintes características:

- 1. Confeccionado com cabo de fibra óptica flexível, duplex monomodo 9/125 µm (SM, *Single Mode*);
 - 0. O cordão deverá possuir elementos de tração dielétricos individuais, dispostos paralelamente e protegidos por revestimento externo comum em material termoplástico retardante a chama, com um perfil transversal em forma de 8 (oito);
 - 0. Possuir terminação com conectores LC (*Local Connector*) nas duas extremidades, com polimento do tipo SPC (*Super Physical Contact*);
 - 0. O *patch cord* deverá possuir comprimento entre 1,0 e 1,5 metro (com tolerância de 10%);
 - 0. O *patch cord* deverá possuir revestimento externo na cor azul, preferencialmente ou amarela;
 - 0. O *patch cord* deverá possuir revestimento externo com classificação de comportamento frente a chama LSZH, conforme NBR 14705;
 - 0. As fibras utilizadas na construção do *patch cord* devem estar em conformidade com a NBR 13488;
 - 0. O *patch cord* deverá atender aos requisitos de desempenho ANSI/TIA-568-C.3;
 - 0. Deve ser terminado em fábrica;
 - 0. Cada *patch cord* deve ser embalado individualmente;
- 0. Revestimento primário de acrilato com 250 µm de espessura e secundário de poliamida ou PVC com 900 µm de espessura (“buffer”);
- 0. Indicação de polaridade impressa no cordão;
- 0. Perda máxima por inserção de 0,4 dB. Este item deve estar em concordância com a TIA/EIA-455-107;
- 0. Garantia do produto de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Cabo de Fibra Óptica Monomodo (9/125µm) - Uso Interno / Externo - CFOA-SM-DDR-S-06

Cabo óptico dielétrico para uso em ambiente tropical, para aplicação em infraestrutura de dutos subterrâneos ou infraestrutura interna;

1. Conjunto constituído por fibras ópticas monomodo, elemento de tração dielétrico, núcleo seco resistente a penetração de umidade, uma barreira resistente a ação de roedores e protegidos por capa externa de material termoplástico retardante à chama;
 0. O cabo deverá ser homologado pela ANATEL. **O documento que comprova a homologação do produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu datasheet, no decorrer do certame;**
 0. O cabo óptico deverá possuir núcleo resistente à penetração de umidade;
 0. O cabo de fibra óptica deverá possuir 06 (seis) fibras monomodo com diâmetro 9/125 µm (SM, Single Mode) ITU-T G.652;
 0. As fibras ópticas utilizadas na construção do cabo devem estar em conformidade com a NBR 13488;
 0. Cada fibra óptica deverá possuir revestimento primário em acrilato;
 0. A identificação das fibras ópticas deve ser realizada por cores de acordo com a NBR 14566;
 0. As fibras ópticas deverão ser contínuas, sem apresentar emendas durante o processo de fabricação do cabo;
 0. A atenuação das fibras ópticas deve atender aos requisitos da NBR 13488;
 0. O núcleo deve ser constituído por fibras ópticas agrupadas e dispostas em elemento de proteção conforme NBR 14566;
 0. O elemento de proteção deverá ser preenchido com material hidroexpansível que assegure a proteção das fibras contra umidade;
 0. O material hidroexpansível aplicado na construção do cabo deverá atender aos requisitos da NBR 14566;
 0. O cabo deverá possuir camada de fibra de vidro aplicada sobre a capa interna, de forma a garantir proteção contra ação de roedores;
 0. O cabo deverá possuir capa externa resistente a fungos, água e a radiação UV;
 0. O cabo deverá possuir diâmetro nominal inferior a 13,0 mm;
 0. O cabo deverá possuir revestimento externo termoplástico na cor preta, aplicado por extrusão;
 0. O revestimento externo deverá ser resistente a luz solar e possuir característica retardante à chama, classificação COG conforme ABNT NBR 14705;
 0. O cabo deverá suportar temperatura de operação na faixa de -20°C a +65°C;
 0. O cabo deverá possuir as informações de suas características básicas e metragem marcadas ao longo de sua capa externa a cada metro de seu comprimento. Todas as informações devem ser serigrafadas na cor branca;
 0. O cabo deverá suportar tráfego de dados de altas velocidades, como Fast Ethernet 100BaseFX, FDDI, ATM 155, 622Mbps, Gigabit Ethernet 1000BaseLX, 10GBASE-LR, 40GBASELRx e 100GBASELRx;
 0. O cabo deverá ser acondicionado em carretel de acordo com a NBR 11137.
 0. O cabo óptico deverá ser acondicionado no carretel em lance de 2000m com tolerância de 3%. As extremidades do cabo deverão ser fechadas a fim de evitar a entrada de umidade;
 0. A bobina de cabo deverá possuir as seguintes informações gravadas no carretel:
 - a. Nome do comprador;
 - b. Número da bobina;
 - c. Designação do cabo;

- d. Comprimento real do cabo na bobina (m);
- e. Massa bruta e massa líquida da bobina (kg);
- 0. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Caixa aparente 4x2

1. A caixa deverá ser fabricada em material termoplástico auto extingüível UL 94V-0, na cor branca e possuir todos os acessórios de fixação necessários à sua instalação. O documento que comprova as características de flamabilidade exigidas para o produto deverá ser apresentado;
2. A caixa deverá permitir a instalação de espelhos planos 4x2 em sua superfície; os espelhos devem ser compatíveis com a especificação do item “Espelho para caixa aparente 4x2”;
3. A caixa deverá garantir, em conjunto com o espelho, a fixação dos conectores RJ-45 fêmea (tipo *keystone*), protegendo mecanicamente estas conexões;
4. A caixa deverá ter dimensões mínimas (comprimento x largura x profundidade) de 114mm x 69mm x 40mm;
5. A caixa deverá permitir a instalação de dutos de ½”, ¾” e 1” de diâmetro;
6. A caixa deverá ser embalada individualmente;
7. A garantia do produto deverá ser de ao menos **1 (um) ano**, contada a partir da data de entrega.

Espelho para caixa aparente 4x2

1. O espelho 4x2 deve possuir total compatibilidade com a caixa 4x2” ofertada.
2. O espelho 4x2 deve possuir total compatibilidade com o conector RJ-45 (Keystone) ofertado.
3. O espelho deve ser constituído de material PVC, na cor branca, e possuir no mínimo 2 (duas) posições para conectores RJ-45 fêmea. Deve ser fornecido juntamente com o espelho uma quantidade de acessórios de preenchimento (insertos cegos) capaz de preencher as lacunas restantes considerando-se a instalação de 2 (dois) conectores.
4. Deverá ser fabricado em material termoplástico auto extingüível UL 94V-0, na cor branca e possuir todos os acessórios de fixação necessários à sua instalação. O documento que comprova as características de flamabilidade exigidas para o produto ofertado deverá ser apresentado juntamente com seu *datasheet*.
5. Deverá permitir a substituição dos módulos conectores;
6. Possuir campo para inserir etiqueta para identificação das portas em baixo relevo com tampa em acrílico transparente;
7. Deverá atender os requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 606A;
8. Ser embalada individualmente;
9. A garantia mínima do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Organizador horizontal de cabos 1UA (Unidade de Altura)

1. O organizador de cabos deverá possuir largura padrão IEC 19 polegadas e altura de 1UA (Unidade de Altura, 44,445mm), e profundidade mínima de 75mm;
2. O organizador de cabos deverá ser construído em material plástico de alta densidade;

3. O organizador de cabos deverá permitir a organização dos *patch cords* na parte frontal do *rack*;
4. O organizador de cabos deverá permitir a organização do cabeamento horizontal na parte traseira do *rack* se a mesma funcionalidade não estiver presente no *patch panel* ofertado;
5. O organizador de cabos deverá ser embalado individualmente;
6. Caso o organizador possua tampa, esta deverá ser basculante permitindo sua abertura tanto para cima quanto para baixo;
7. O organizador de cabos deverá possuir dimensões que garantam o perfeito gerenciamento dos cabos, respeitando o mínimo raio de curvatura determinado pela norma técnica ANSI/TIA/EIA 568C;
8. A garantia do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Fita reutilizável

1. Fita reutilizável para amarração de cabos UTP;
2. Deve possuir fechamento por contato mecânico em toda sua extensão;
3. Largura de 20mm a 25mm;
4. Cada unidade deverá possuir 3 metros de comprimento;
5. Espessura máxima de 2 mm.
6. Cor preta;
7. Dupla face.
8. A garantia mínima do produto deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contada a partir da data de entrega.

Rack fechado de parede 19" – 12UA

1. Rack fechado, com 12UA (unidade de altura) fabricado em aço e/ou alumínio, para montagem de equipamentos de 19" (482,6 mm) de largura;
2. Altura útil nominal de 12UA (unidade de altura) e furação para fixação de equipamentos e acessórios através de porcas "gaiola" M5;
3. O rack deverá possuir 1 (uma) régua de alimentação de 1UA que tenha ao menos 8 (oito) tomadas (cada uma) no padrão NBR 14136. A régua deverá possuir proteção contra sobrecorrente. A régua deverá ainda possuir cabo de 3 (três) metros de comprimento e plugue no padrão IEC 60309 de 32A;
4. Deverá ser fornecido juntamente com o rack, 1 (uma) tomada no padrão IEC 60309 de 32A, compatível com o plug da régua ofertada em atendimento ao item 4;
5. Possuir kit com 2 (dois) ventiladores apropriados ao tipo do rack para instalação no teto do gabinete, com acionamento por interruptor interno ao gabinete;
 - a) Os ventiladores devem estar acondicionados em estrutura metálica;
 - b) Sua tensão de operação de 127/220V;
 - c) Vazão de 393/380 L/s;
 - d) Fluxo de ar do interior para o exterior do gabinete.

6. O rack deverá ser na cor preta (com pintura eletrostática);
7. O rack deve apresentar 2 (dois) organizadores verticais frontais de patch cords, com tampa, nas dimensões mínimas de 50mm de largura x 500mm de profundidade x 12UA.
8. As tampas devem possuir excursão mínima na abertura de 90°;
9. Estrutura soldada composta de quatro colunas verticais com quadro no teto e na base; laterais removíveis em chapa de aço e porta frontal em acrílico ou vidro transparente com fecho e chave em concordância com a norma IEC3-D;
10. Profundidade útil mínima de 570 mm;
11. Colunas laterais em "L" com furação para instalação de porca "gaiola" (primeiro plano de fixação) deslizante, permitindo ajuste de profundidade do plano;
12. Opção para instalação de segundo plano de fixação;
13. Deverão ser fornecidos 100 (cem) conjuntos de porca gaiola e parafuso M5 para cada rack;
14. Tampos laterais com venezianas para ventilação;
15. Colunas verticais e quadros, tampos inferior e superior em aço SAE 1008/1010/1020 com espessura mínima na bitola 16 MSG, e tampos laterais em aço SAE 1008/1010/1020 com bitola mínima de 18 MSG;
16. O rack deve ter garantia de pelo menos 1 (um) ano para defeitos de fabricação, contada a partir da data de entrega;

Rack fechado de parede 19" – 06UA

1. Rack fechado, com 06UA (unidade de altura) fabricado em aço e/ou alumínio, para montagem de equipamentos de 19" (482,6 mm) de largura;
2. Altura útil nominal de 06UA (unidade de altura) e furação para fixação de equipamentos e acessórios através de porcas "gaiola" M5;
3. O rack deverá possuir 1 (uma) régua de alimentação de 1UA que tenha ao menos 8 (oito) tomadas (cada uma) no padrão NBR 14136. A régua deverá possuir proteção contra sobrecorrente. A régua deverá ainda possuir cabo de 3 (três) metros de comprimento e plugue no padrão IEC 60309 de 32A;
4. Deverá ser fornecido juntamente com o rack, 1 (uma) tomada no padrão IEC 60309 de 32A, compatível com o plug da régua ofertada em atendimento ao item 4;
5. Possuir kit com 2 (dois) ventiladores apropriados ao tipo do rack para instalação no teto do gabinete, com acionamento por interruptor interno ao gabinete;
 - a. Os ventiladores devem estar acondicionados em estrutura metálica;
 - b. Sua tensão de operação de 127/220V;
 - c. Vazão de 393/380 L/s;
 - d. Fluxo de ar do interior para o exterior do gabinete.
6. O rack deverá ser na cor preta (com pintura eletrostática);

7. O rack deve apresentar 2 (dois) organizadores verticais frontais de patch cords, com tampa, nas dimensões mínimas de 50mm de largura x 500mm de profundidade x 06UA.
8. As tampas devem possuir excursão mínima na abertura de 90°;
9. Estrutura soldada composta de quatro colunas verticais com quadro no teto e na base; laterais removíveis em chapa de aço e porta frontal em acrílico ou vidro transparente com fecho e chave em concordância com a norma IEC3-D;
10. Profundidade útil mínima de 570 mm;
11. Colunas laterais em "L" com furação para instalação de porca "gaiola" (primeiro plano de fixação) deslizante, permitindo ajuste de profundidade do plano;
12. Opção para instalação de segundo plano de fixação;
13. Deverão ser fornecidos 50 (cinquenta) conjuntos de porca gaiola e parafuso M5 para cada rack;
14. Tampos laterais com venezianas para ventilação;
15. Colunas verticais e quadros, tampos inferior e superior em aço SAE 1008/1010/1020 com espessura mínima na bitola 16 MSG, e tampos laterais em aço SAE 1008/1010/1020 com bitola mínima de 18 MSG;
16. O rack deve ter garantia de pelo menos 1 (um) ano para defeitos de fabricação, contada a partir da data de entrega;

Serviços de instalação de infraestrutura

Instalação de Eletrodutos com acessórios de fixação, união e derivação (metro)

Compreende esta unidade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Receber e verificar a conformidade dos eletrodutos, acessórios de derivação e curvas com a especificação técnica;
- Desembalar materiais e comprovar a ausência de defeitos;
- Fornecer elementos de junção, fixação, suportes e acabamento necessários à execução da atividade;
- Verificação de todo percurso onde será instalada a tubulação;
- Marcação dos pontos de níveis e dos pontos de furação para fixação das abraçadeiras, (a cada 1,5m no máximo) ou marcação dos pontos para fixação dos tirantes, e fixação do perfil com as abraçadeiras;
- Junção e instalação dos eletrodutos, acessórios de derivação, curvas, condutores, caixas de passagens, buchas terminais, etc;
- Instalação de guia para lançamento de cabos;
- Acabamento e limpeza do local;
- Remoção dos materiais excedentes e sobras.

NOTA: A diferença de diâmetro dos eletrodutos tornará necessário o emprego de diferentes modelos de abraçadeiras e acessórios de união, o que deverá ser respeitado no processo de instalação.

Quando conectada a uma eletrocalha, o eletroduto deve derivar de sua lateral. Para tal deve-se realizar um furo circular na lateral da eletrocalha com o diâmetro do eletroduto a ser fixado. Como acabamento deve-se utilizar bucha e arruela.

Não deverão ser empregadas curvas com deflexão maior que 90°. Em cada trecho da canalização, entre duas caixas ou entre extremidades ou entre extremidade e caixa, poderão ser empregados, no máximo, 2 curvas de 90° ou o seu equivalente até no máximo 180°. A fim de não formar “cotovelos” nas instalações, condutes não devem ser utilizados como curvas sendo sua ação apenas de facilitador do processo de lançamento de cabos.

Instalação de eletroduto flexível com acessórios de junção, fixação e acabamento (metro)

Compreende esta unidade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Receber e verificar a conformidade dos eletrodutos flexíveis com a especificação técnica;
- Desembalar materiais e comprovar a ausência de defeitos;
- Fornecer elementos de junção, fixação, suportes e acabamento necessários à execução da atividade;
- Desembalar os materiais e comprovar a ausência de defeitos;
- Verificação de todo percurso onde serão instalados os eletrodutos flexíveis;
- Colocação das conexões aplicáveis em suas extremidades;
- Instalação dos suportes de fixação (se for o caso);
- Cortes;
- Fixação nas caixas de passagem ou acessórios (se for o caso);
- Instalação dos eletrodutos flexíveis;
- Acabamento e limpeza do local;
- Remoção do material sobrando;

NOTA: A aplicação de eletrodutos flexíveis deverá ser feita de maneira criteriosa. Será permitido o uso de tais materiais quando sua aplicação for especificada em projeto ou em trechos onde a utilização de eletrodutos rígidos não for possível.

Instalação de Canaletas de alumínio com acessórios de fixação, união e derivação (metro)

Compreende esta unidade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Receber e verificar a conformidade de canaleta, acessórios de derivação e curvas de acordo com a especificação técnica;

- Desembalar materiais e comprovar a ausência de defeitos;
- Fornecer elementos de junção, fixação e acabamento necessários à execução da atividade;
- Verificação de todo percurso onde serão instalados as canaletas de alumínio;
- Marcação dos pontos de níveis;
- Cortes retos de limpos executados com ferramental adequado e capaz de prover precisão;
- Remoção de quaisquer rebarbas;
- Execução dos furos para fixação das canaletas em, no mínimo, dois diferentes planos horizontais (duas linhas de furos);
- Fixação das canaletas na parede;
- Colocação das conexões aplicáveis (curvas, tês, caixas de derivação e dispositivo de suporte e fixação de tomadas RJ-45);
- Instalação dos septos internos nas canaletas e acessórios (quando móveis);
- Acabamento e limpeza;
- Remoção de sobras;
- Instalação das tampas.

NOTA: Toda canaleta ou acessório instalado deverá possuir septo para segmentá-la em duas áreas. A primeira, destinada à instalação do cabeamento estruturado, deverá possuir área equivalente a 2/3 (dois terços) da área total da canaleta e a segunda, destinada a instalação do cabeamento elétrico, deverá corresponder a 1/3 (um terço) da área total da canaleta.

Instalação de porta equipamento ou caixa 4x2 (unidade)

Compreende esta atividade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Fornecer Porta equipamento indicado e/ou Caixa 4x2 em conformidade com a especificação técnica constante no Item XII;
- Desembalar e comprovar a ausência de defeitos;
- Marcação da posição da caixa na parede ou porta equipamento na canaleta;
- Furação da parede, divisória ou painel para instalação da caixa 4x2 (se for o caso);
- Corte da tampa da canaleta e acabamento para eliminar rebarbas cortantes (se for o caso);
- Colocação das buchas de fixação da caixa 4x2 (se for o caso);
- Fixação da caixa ou porta equipamento no local preparado;
- Acabamento e limpeza;
- Remoção de sobras;
- Instalação das etiquetas de identificação dos pontos de rede no porta-equipamento;

Lançamento/passagem de cabo UTP de 4 pares (metro)

Compreende esta atividade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Fornecer cabo UTP em conformidade com a especificação técnica constante no Item XII;

Superintendência de Tecnologia da Informação - Centro de Tecnologia da Informação de São Paulo

Avenida Professor Luciano Gualberto, Travessa 3, nº 71, Butantã – Cidade Universitária
05508-010 São Paulo/SP Brasil Tel e Fax +55 (11) 3091-6400 e-mail sti@usp.br

- Desembalar e comprovar a ausência de defeitos;
- Abertura, levantamento e manipulação de tampas, painéis, pranchas, caixas de passagem, etc. ao longo da infraestrutura de encaminhamento do cabo (se for o caso);
- Limpar dutos e localizar obstrução em casos de fechamento para efetuar posterior reparação (se for o caso);
- Passar e instalar fio guia nos dutos (se necessário);
- Lançar cabos respeitando os limites de tração especificados em sua especificação;
- Instalar, proteger e fixar o cabo na posição necessária (vertical/horizontal/inclinado) (se for o caso);
- Dispor e fixar o(s) cabo(s) no trajeto (se for o caso);
- Posicionar o cabo para terminação na área de trabalho e identificá-lo com etiqueta laminada para telecomunicações nessa extremidade;
- Organizar o cabo adequadamente no rack, promovendo sua amarração com fita reutilizável (tipo velcro) ao longo de todo o seu percurso vertical e horizontal no rack, e identificá-lo com etiqueta laminada para telecomunicações nessa extremidade;
- Repor todos os elementos à sua origem, de acordo com padrões existentes no local (se for o caso);
- Comprovar ausência de defeitos;
- Acabamento e limpeza;
- Remoção de sobras.

Conectorização de cabo UTP, Cat. 6, de 4 pares em patch panel (unidade)

Compreende esta atividade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Fornecer conector RJ-45 fêmea em conformidade com a especificação técnica constante no Item XII;
- Desembalar a tomada e comprovar ausência de defeitos;
- Organizar cabo UTP da infraestrutura de chegada no rack até sua posição no patch panel;
- Acomodação e amarração do cabo UTP no guia traseiro;
- Corte do excesso;
- Identificação do cabo com etiqueta laminada para telecomunicações;
- Corte (reto e limpo) da capa externa do cabo com o cuidado de não danificar os condutores;
- Separação dos pares de acordo com as normas T568A ou T568B;
- Conectorização com a utilização de ferramenta adequada do cabo nas tomadas RJ-45 (fêmea). Não será permitido o uso de ferramenta de impacto.
- Montagem das tomadas em dispositivos de fixação, sendo que o raio de curvatura do cabo não deve ser inferior a quatro vezes o diâmetro do mesmo. O comprimento dos pares distorcidos não deverá ultrapassar 13 mm.

NOTA: Esta unidade compreende todas as atividades necessárias para a correta terminação do cabo UTP de 4 pares novo em patch panel em Rack 19" ou a reconectorização de cabos existentes, sendo compreendidas todas as atividades para tal trabalho.

Conectorização de cabo UTP, Cat. 6, 04 pares, em tomada RJ-45 (unidade) para espelho ou porta equipamentos (unidade)

Compreende esta atividade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Fornecer conector RJ-45 fêmea em conformidade com a especificação técnica constante no Item XII;
- Desembalar e comprovar a ausência de defeitos;
- Remover espelho existente (se for o caso);
- Substituir espelho existente (se for o caso);
- Acomodação do cabo na caixa 4x2 (ou porta equipamento), respeitando o ângulo de curvatura mínimo (quatro vezes o diâmetro do cabo);
- Corte do excesso;
- Identificação do cabo com etiqueta laminada para telecomunicações;
- Corte (reto e limpo) da capa externa do cabo com o cuidado de não danificar os condutores, e evitar que o comprimento dos pares distorcidos ultrapasse 13 mm;
- Separação dos pares de acordo com o padrão T568A ou T568B;
- Conectorização com a utilização de ferramenta adequada do cabo nas tomadas RJ-45 (fêmea). Não será permitido o uso de ferramenta de impacto;
- Montagem das tomadas em espelho sendo que o raio de curvatura do cabo não deve ser inferior a quatro vezes o diâmetro do mesmo. O comprimento dos pares distorcidos não deverá ultrapassar 13 mm;
- Repor espelho;
- Fechar os orifícios vagos no espelho com tampas cegas (se for o caso);
- Identificar ponto;
- Limpar e recolher material sobrando.

NOTA: Esta unidade se aplica a conectorização de cabo UTP de 4 pares novo e se for necessário a reconectorização de cabos existentes, sendo que neste último caso é compreendida a remoção da tomada existente e sua reutilização (ou substituição).

Certificação de ponto de rede em cabo UTP (unidade)

Os testes para certificação dos pontos deverão ser feitos em Categoria 6, que tem como característica a utilização de equipamentos específicos para cabeamento estruturado.

Os procedimentos para testes/relatórios e documentação deverão ser executados de acordo com as normas descritas neste edital.

Compreende esta atividade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Configuração dos equipamentos de testes em modo *permanent link*, inclusive configuração de NVP, se necessário;
- Conectar acessórios para teste em *permanent link* e calibrá-lo (quando for o caso);
- Acoplar/conectar equipamentos no circuito correspondente (nas extremidades do cabo);
- Executar os testes para categoria solicitada;
- Emitir relatório e entregar cópia em papel e meio digital;
- Entregar toda documentação de testes.

NOTA: Antes da conclusão dos trabalhos, a CONTRATADA deverá fornecer os protocolos de teste para a certificação do link. Após a conclusão deverão ser feitos os testes de acordo com os protocolos, objetivando verificar se todo projeto está dentro dos padrões e normas vigentes.

Instalação/Fixação de Patch Panel modular de 1U em rack 19" (unidade)

Compreende esta atividade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Fornecer *Patch Panel* em conformidade com a especificação técnica constante no Item XII;
- Desembalar e comprovar a ausência de defeitos;
- Montar as partes que compõem o painel tornando-o um conjunto único;
- Marcar posição do patch panel no rack;
- Inserir porcas gaiola na posição de sua fixação no rack;
- Instalar painel fixando-o com todos os parafusos ou travas;
- Identificar e enumerar suas portas com etiqueta (se for o caso);
- Finalização e limpeza;

Instalação/Fixação de Organizador horizontal de 1U em rack de 19" de altura (unidade)

Compreende esta atividade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Fornecer Organizador em conformidade com a especificação técnica constante no Item XII;
- Desembalar e comprovar a ausência de defeitos;
- Marcar posição do organizador no rack;
- Inserir porcas gaiola na posição de sua fixação no rack;
- Montar conjunto no rack;
- Organizar os cordões de manobra adequadamente no organizador;
- Inserir a tampa de forma que os cordões permaneçam confinados (se for o caso);
- Finalização e limpeza;

NOTA: O serviço de instalação dos organizadores de cabos contempla a fixação dos mesmos na estrutura do rack, através dos dispositivos apropriados fornecidos com o equipamento e organização dos *patch cords* no rack.

Instalação de Patch cord Cat. 6

Compreende esta unidade, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Receber, desembalar e comprovar a ausência de defeitos;
- Inserção de uma das extremidades do cordão na tomada RJ-45 (se for o caso);
- Inserção de uma das extremidades do cordão na porta do patch panel (se for o caso);
- Inserção de uma das extremidades do cordão no equipamento (se for o caso);
- Inserção de uma das extremidades do cordão na placa de rede do micro (se for o caso);
- Acomodação e organização da sobra em mobiliário e/ou organizadores vertical e horizontal do rack;
- Identificação com etiqueta apropriada para cabos telecomunicações as extremidades do patch cord de ativação (instalado no rack);
- Limpeza do local e remoção do material sobranço;

NOTA: O serviço de instalação de patch cords UTP RJ-45 envolvem as atividades de identificação das portas em que serão conectadas o patch cord, conexão através da inserção dos conectores RJ-45 nas portas correspondentes, acomodação das sobras no local destinado às mesmas, identificação de ambas extremidades com a utilização de etiquetas e realização teste de continuidade elétrica.

Abertura de forro de gesso

Essa atividade consiste na abertura de forro fixo de gesso para acesso a infraestrutura instalada acima deste fechamento. Nenhuma abertura de forro poderá ser feita sem a aprovação prévia da equipe técnica de supervisão da USP. As aberturas de forro devem ser sempre reduzidas a menor quantidade possível, de forma que aberturas possam ser preservadas como acesso de manutenção. A abertura de forro de gesso consiste na execução das seguintes ações:

Fornecer moldura metálica de acabamento quadrada, nas dimensões de 40x40cm. A moldura será utilizada para transformar o furo em um alçapão para acesso de manutenção, evitando assim a necessidade de recomposição do forro;

- A moldura deverá ser perfeitamente esquadrejada, de forma que possa ser instalada na abertura do forro conferindo perfeito encaixe e acabamento;
- A moldura deverá ser pintada na mesma cor de tinta utilizada para cobertura do forro;
- Determinar a exata localização do recorte e obter autorização para realizar o furo;
- Certificar-se de que a área escolhida permita o corte sem interferência de estruturas de sustentação.
- Medir o tamanho do recorte garantindo seu formato quadrado, perfeitamente esquadrejado, e com dimensões de 40x40cm;
- Marcar a linha de corte do gesso e confirmar que esteja de acordo com as especificações descritas acima. Aprovadas as marcações, desenhar o contorno do corte no forro de gesso com um lápis;
- Utilizando um serrote ou uma serra para drywall, realizar o corte do gesso ao longo das linhas marcadas. O corte deverá ser realizado com cuidado para não danificar a geometria do buraco nem da placa quadrada que será removida;
- Concluída a abertura, lixar as bordas do buraco do forro e os vértices da placa de gesso removida que forma a obter perfeito alinhamento e acabamento. A placa removida será utilizada como tampa do alçapão;
- Fixar a moldura do alçapão no buraco do forro, fixando-a adequadamente. Verifique se a moldura está alinhada e adequadamente fixada;
- Instale a placa de gesso na abertura da moldura. Se necessário lixar suas extremidades até obter seu encaixe perfeito;
- Remova toda a sujeira do forro e da placa de fechamento do alçapão.

IV. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

É condição para a assinatura do contrato, que a Licitante Vencedora apresente cronograma de execução do projeto que deverá ser avaliado e aprovado pela EEFÉ-USP na data da assinatura do contrato.

CRONOGRAMA FÍSICO - EEFÉ-USP – BLOCOS A, B, C, TRANSPORTE COPA E													
BLOCO D / ANTIGA LANCHONETE													
Etapa	Atividade	30 dias				20 dias				10 dias			
1	Instalação de Eletrocalhas, 50x50mm, 100x100mm, 300x50mm com acessórios e derivações;												
	Instalação Rack fechado de parede, 12 UA;												
	Retirada do Rack de 16UA instalado hoje no Transporte/Copa e instalar na sala de Musculação Rack J;												
	Instalação de eletrodutos 1" com acessórios de fixação, união e derivação (ex: curvas e condutores), caixas de passagem de alumínio de 15x15x12cm e 20x20x12cm;												
	Instalação de Canaletas aparentes com acessórios de fixação, união e derivação;												
	Instalação de caixas aparente 4x2" (ou porta equipamento);												
	Instalação de espelhos 4x2";												
	2												
Instalação de Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 06 fibras SM e de 12 fibras SM;													
Fusão Óptica de 24 fibras;													
Instalação de Patch Panel de 24 portas;													
Conectorização de cabo UTP, cat. 6, 4													

CRONOGRAMA FÍSICO - EEFÉ-USP – BLOCOS A, B, C, TRANSPORTE COPA E													
BLOCO D / ANTIGA LANCHONETE													
Etapa	Atividade	30 dias				20 dias				10 dias			
1	Instalação de Eletrocalhas, 50x50mm, 100x100mm, 300x50mm com acessórios e derivações;												
	Instalação Rack fechado de parede, 12 UA;												
	Retirada do Rack de 16UA instalado hoje no Transporte/Copa e instalar na sala de Musculação Rack J;												
	Instalação de eletrodutos 1" com acessórios de fixação, união e derivação (ex: curvas e condutores), caixas de passagem de alumínio de 15x15x12cm e 20x20x12cm;												
	Instalação de Canaletas aparentes com acessórios de fixação, união e derivação;												
	Instalação de caixas aparente 4x2" (ou porta equipamento);												
	Instalação de espelhos 4x2";												
	2												
Instalação de Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 06 fibras SM e de 12 fibras SM;													
Fusão Óptica de 24 fibras;													
Instalação de Patch Panel de 24 portas;													
Conectorização de cabo UTP, cat. 6, 4													

CRONOGRAMA FÍSICO - EEFÉ-USP – BLOCOS A, B, C, TRANSPORTE COPA E													
BLOCO D / ANTIGA LANCHONETE													
Etapa	Atividade	30 dias				20 dias				10 dias			
1	Instalação de Eletrocalhas, 50x50mm, 100x100mm, 300x50mm com acessórios e derivações;												
	Instalação Rack fechado de parede, 12 UA;												
	Retirada do Rack de 16UA instalado hoje no Transporte/Copa e instalar na sala de Musculação Rack J;												
	Instalação de eletrodutos 1" com acessórios de fixação, união e derivação (ex: curvas e condutes), caixas de passagem de alumínio de 15x15x12cm e 20x20x12cm;												
	Instalação de Canaletas aparentes com acessórios de fixação, união e derivação;												
	Instalação de caixas aparente 4x2" (ou porta equipamento);												
	Instalação de espelhos 4x2";												
	2												
Instalação de Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 06 fibras SM e de 12 fibras SM;													
Fusão Óptica de 24 fibras;													
Instalação de Patch Panel de 24 portas;													
Conectorização de cabo UTP, cat. 6, 4													

[illegible]

V. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>
NBR-5410	Instalações elétricas de baixa tensão
NBR-14565:2012	Cabeamento de telecomunicações para Edifícios Comerciais
ANSI/TIA/EIA-568-C.0	Cabeamento genérico para telecomunicações nas dependências do cliente
ANSI/TIA/EIA-568-C.1	Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais
ANSI/TIA/EIA-568-C.2	Componentes e cabeamento balanceado de pares trançados para telecomunicações
ANSI/TIA/EIA-568-C.3	Componentes para cabeamento em fibras ópticas
ANSI/TIA/EIA-569-B	<i>Commercial Building Standard for Telecommunications Pathways and Spaces</i>
ANSI/TIA/EIA-569-A-7	<i>Commercial Building Standard for Telecommunications Pathways and Spaces – Addendum 7 – Cable Trays and Wirelines</i>
ANSI/TIA/EIA-606-A	<i>Administration Standard for the Telecommunications Infrastructure of Commercial Buildings</i>
ANSI-J-STD-607-A	<i>Commercial Building Grounding (Earthing) and Bonding Requirements for Telecommunications</i>
ANSI/CSA/EIA/TIA-942	<i>Telecommunications Infrastructure Standard for Data Centers</i>

VI. NORMAS DE SEGURANÇA

1. GERAL

- O presente Instrumento Normativo de Segurança é parte integrante do Contrato, devidamente assinado pela USP e CONTRATADA.
- A CONTRATADA está obrigada a atender às disposições legais vigentes sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, sendo responsável pelas consequências do seu não cumprimento, no que se refere tanto aos seus próprios empregados quanto a terceiros sob sua responsabilidade. As descrições e os anexos necessários para o cumprimento dessas disposições encontram-se nesse Item XIV.
- A CONTRATADA obriga-se ainda, a cumprir e fazer cumprir todo e qualquer dispositivo legal, no âmbito federal, estadual ou municipal relativos à saúde e meio ambiente. A fiscalização quanto ao cumprimento das diretrizes normativas relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho será realizada por equipe da EPUSP e do SESMT, Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho que poderão em qualquer tempo, diante de negligência no cumprimento das normas, interromper as obras até que os problemas identificados sejam sanados. **Eventuais prejuízos decorrentes da interrupção da execução dos projetos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.**

2. NORMAS

2.1 Normas Oficiais

Obrigatoriedade do cumprimento das seguintes disposições legais:

- Lei nº. 6.514, de 22 de dezembro de 1977;
- Portaria nº. 3.214, de 08 de junho de 1978, suas Normas Regulamentadoras – NR's, no que couber, e legislação complementar aplicável;
- Legislação Trabalhista e Previdenciária pertinente.

2.2 Normas Específicas

Dentro das Normas Oficiais, devem adotar em especial as seguintes medidas:

2.3 Com relação às Normas Regulamentadoras – NR's:

NR 04 - SESMT:

As empresas CONTRATADAS, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, manterão obrigatoriamente, Serviços Especializados de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho –

SESMT, devidamente registrado no órgão competente, cujo dimensionamento vincula-se a graduação do risco da atividade e ao número total de empregados.

NR05 - CIPA:

As empresas CONTRATADAS são obrigadas a organizar e manter em funcionamento, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAS, conforme dimensionamento previsto.

NR17 - ERGONOMIA:

Cabe a Contratada realizar a análise ergonômica do trabalho, devendo as mesmas abordar no mínimo, as condições de trabalho relacionado ao levantamento, transporte e descarga de materiais, aos equipamentos / ferramentas e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho.

NR06 - EPI:

Obrigatoriedade da utilização pelos empregados, dos Equipamentos de Proteção Individual, previstos para o Cargo/Atividade a ser desenvolvida.

3. Normas / Práticas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, vigente ou em implantação na USP, tais como:

- 720.400.100 – EPI – Equipamento de Proteção Individual;
- 720.400.144 – Medidas de Segurança durante a Emenda de Cabos em Caixa Subterrânea;
- PRO 60.004 – Segurança do trabalho e proteção do meio ambiente nas atividades desenvolvidas em caixas subterrâneas de telecomunicações;
- Roteiro de Procedimentos Para Análise e Autorização de Acesso em Caixas Subterrâneas;
- Procedimentos Para Verificação da Presença de Gases em Caixas Subterrâneas;
- 720.400.143 – Medidas de Segurança em Redes Telefônicas Aéreas próximas a Sistemas de Energia Elétrica;
- 720.400.800 – POE – Plano de Organização de Emergência;
- 535.430.101 – Política de Conservação / Manutenção e Procedimentos / Recomendações para Uso de Escada Singela e de Extensão, de Madeira e de Fibra;

I. Medidas Adicionais de Segurança:

Assegurar estoque suficiente para reposição do material de segurança, atentando para sua funcionalidade e bom estado de conservação;

Manutenção da ordem e da limpeza dos locais/equipamentos de trabalho.

Fazer cumprir e manter:

- Bom estado e segurança de acessos, gradil de proteção, sinalização, andaimes, etc.
- Proteção contra desmoronamentos de terra no interior de valas, galerias, etc.
- Comprovação das revisões dos veículos.
- Cumprimento das normas oficiais sobre explosivo, combustíveis e inflamáveis.
- Cumprimento das normas oficiais e medidas de segurança em trabalhos próximos a canalizações de água, gás, energia, etc.
- Medidas de segurança quanto aos equipamentos para içamento.

- Medidas de proteção contra incêndio.
- Medidas de segurança nos trabalhos de carregar, descarregar e armazenagem.
- Medidas de segurança nos trabalhos próximos a instalações de energia elétrica.
- Medidas de segurança nos aparelhos de elevação de cargas e pessoal.
- Instruções referentes à forma de retirar e transportar acidentados desde os diferentes pontos de trabalho, organização de primeiros socorros, etc.
- Precaução para os trabalhos de escoramento e retirada dos escoramentos.
- Sinalização e iluminação da zona de trabalho.
- Medidas de segurança em redes telefônicas aéreas e subterrâneas (ambientes confinados).

II. Obrigações Sociais

A CONTRATADA estará obrigada, em qualquer momento, a demonstrar perante o Representante designado pela USP e, se for o caso, perante a Inspeção de Trabalho, encontrar-se nas seguintes condições:

1. Ter assegurado todo o pessoal que presta seus serviços na Obra contra o risco de doença comum e acidente não trabalhista (Regime Geral ou Especial de Segurança Social).
2. Ter assegurado o dito pessoal contra os riscos de Incapacidade Trabalhista Transitória Permanente e Doença Profissional na Mutualidade Trabalhista, Patronal ou Autoseguro;
3. Possuir a documentação oficial necessária para a assistência nos casos expressos nos subitens 2.3.1 e 2.3.2.
4. Estas obrigações descritas anteriormente são extensivas ao pessoal que puder colaborar temporariamente com a CONTRATADA, respondendo esta pelo seu cumprimento.

III. NÃO-CUMPRIMENTO

O descumprimento de qualquer das disposições citadas poderá acarretar a retenção do pagamento, o ressarcimento por perdas e danos e, no caso de reincidências, a rescisão do contrato, sem prejuízo dos demais encargos e multas correspondentes.

IV. AÇÕES COMPLEMENTARES / SUPLEMENTARES POR PARTE DA CONTRATADA

Caberá ainda à CONTRATADA:

- 7.1 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições legais e regulamentares sobre Segurança e Medicina do Trabalho, sem prejuízo da responsabilidade solidária dela, CONTRATADA, pelas condições de segurança dos serviços que, observados os termos deste Contrato, vier a subcontratar;
- 7.2 Atender às recomendações e solicitações complementares/suplementares da USP, relacionadas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;
- 7.3 Manter orientação e fiscalização constante sobre seus empregados e subcontratados, quanto à utilização dos Equipamentos de Proteção e ao atendimento às Normas de Segurança necessárias à realização dos trabalhos.

7.4 Encaminhar à CONTRATANTE, cópia dos Relatórios de Inspeção de Segurança e de Investigação de Acidente do Trabalho, assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou por Técnico de Segurança do Trabalho da CONTRATADA.

Empresas desobrigadas de manter Serviço Especializado – SESMT apresentarão esse Relatório, assinado pelo Presidente da CIPA que abranja o serviço em questão.

Empresas desobrigadas de manter CIPA apresentarão esse Relatório assinado pelo empregado designado para cumprir as exigências da NR-05 e pelo responsável pelas atividades.

A USP poderá, a seu critério, determinar a paralisação de qualquer serviço, quando julgar que as condições de segurança, higiene e medicina do trabalho, não estiverem sendo observadas pela CONTRATADA. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos por parte da CONTRATADA.

V QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - 1. DESEMPENHO ANTERIOR

A Licitante deverá apresentar atestado(s) de desempenho anterior em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que conste o fornecimento de bens, a razão social da licitante e o nome do contratante, contendo, para fins de verificação da compatibilidade e pertinência do seu conteúdo em relação ao objeto desta licitação, as seguintes indicações:

- . Fornecedor e instalação de materiais de conectividade de rede UTP Categoria 6 em quantidade mínima de **90 (noventa) pontos de rede**;
- . Fornecedor, instalação, configuração e comissionamento de **50 (cinquenta) câmeras** para sistema de videomonitoramento.

OBS 1: Não é necessário que os atestados apresentados para atendimento às exigências da alínea acima refiram-se a um único fornecimento. Solicita-se que ressaltem os itens solicitados com marca-texto.

OBS 2: Quando os atestados apresentados se referirem a subcontratação, deverão vir acompanhados de documento emitido pelo contratante original, demonstrando que a subcontratação ocorreu com sua plena autorização.

OBS 3: A Comissão Julgadora da Licitação poderá realizar diligências para comprovar a origem e o conteúdo do(s) atestado(s).

Na assinatura do contrato a Licitante deverá apresentar relação de profissionais que trabalharão na execução dos serviços.

- . Dentre os profissionais alocados para execução do objeto, **100% deve possuir treinamento na Norma regulamentadora do Ministério do Trabalho NR10**, relativa à prevenção de acidentes com eletricidade no ambiente de trabalho;
- a. Dentre os profissionais alocados para execução do objeto, **no mínimo 03 (três) técnicos devem possuir treinamento na Norma regulamentadora do Ministério do Trabalho NR35**, relativa aos procedimentos de segurança para realização de trabalho em altura;
- b. A Comprovação dos vínculos dos profissionais para atendimento aos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de Contrato Social, registro na Carteira

Profissional, Ficha de Emprego ou Contrato de Trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

Os profissionais com comprovada capacidade técnica deverão compor a equipe técnica da CONTRATADA durante o período de vigência do contrato. Quando da ausência de um dos profissionais qualificados, deverão ser apresentados à CONTRATANTE documentos de qualificação do profissional que o substituirá.

A Licitante deverá dispor de, ao menos, **um equipamento para certificação de redes Categoria 6, e apresentar certificado de calibração não inferior a 12 (doze) meses.** Durante a vigência do contrato, o certificado de calibração do certificador deverá permanecer vigente.

IX. VISTORIA

É facultativo aos licitantes realizar vistoria nos locais onde os serviços serão executados, a fim de identificar as características do ambiente. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, as plantas da EEFE poderão ser solicitadas por meio eletrônico, devendo o pedido ser formalmente endereçado ao servidor Emerson Barroso de Sousa, por meio do e-mail stieefe@usp.br.

X. LOCAL E ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS

A CONTRATADA deverá providenciar instalações móveis (container ou equivalente) para a guarda de material e acomodações dos funcionários, ficando a cargo da CONTRATADA toda a responsabilidade pela segurança do local, de materiais e equipamentos nele armazenados. A CONTRATANTE disponibilizará espaço destinado à alocação das instalações móveis, o qual será identificado em reunião de início de obra. Em hipótese alguma a CONTRATANTE será responsável por qualquer equipamento, ferramenta ou veículo da CONTRATADA e nem providenciará local para guardá-los.

Os locais destinados a canteiro e áreas sob execução do projeto deverão ser devidamente sinalizados visando à segurança dos usuários e veículos da USP, bem como à sua passagem nos locais.

Não serão permitidos o estacionamento e o trânsito de veículos e máquinas sobre as áreas gramadas e plantadas.

XI. REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Após a assinatura do contrato, as atividades relativas à entrega do objeto deverão ser iniciadas em, no máximo, 15 (quinze) dias corridos.

A **CONTRATADA** deverá, até a data da formalização do contrato, fornecer um cronograma dos serviços antes do início dos trabalhos, o qual deverá ser aprovado pela **CONTRATANTE**. O cronograma deverá respeitar o prazo limite para entrega do objeto definido no edital, **60 (sessenta) dias úteis**.

As atividades de execução do projeto deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, em horário comercial, entre as 8h e às 18h, de segunda a sexta-feira, e sempre sob supervisão da equipe técnica da STI-USP.

A conclusão da execução do objeto caracteriza-se pela total instalação dos elementos necessários ao funcionamento dos pontos de rede, pela remoção dos materiais de infraestrutura excedentes, pelo fornecimento da documentação atualizada das instalações e pela recomposição das superfícies avariadas. Cabe à Comissão de Fiscalização atestar a qualidade e o cumprimento do projeto previsto, bem como, atestar a inexistência de eventuais avarias citadas.

XII. CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Como observado no cronograma de execução contido no **Item IV** deste anexo I, o processo de execução do projeto está dividido em 3 diferentes etapas: A Etapa 1 reúne atividades de instalação de infraestrutura, a Etapa 2 reúne atividades de instalação de cabeamento e a Etapa 3 reúne atividades de certificação, documentação da rede instalada e remoção da infraestrutura antiga.

Assim como descrito no cronograma, a segunda fase do processo de inspeção ocorrerá em três diferentes fases parciais, sendo que cada uma tem o objetivo de inspecionar as atividades executadas nas etapas 1, 2 e 3, descritas no cronograma. Após o término de uma etapa do projeto, a **CONTRATADA** deverá solicitar à **EEFE-USP** a inspeção parcial do objeto executada. A cada inspeção, quando aprovada, será emitido Termo de aceite, condição necessária para o faturamento dos serviços executados e aprovados pela Comissão de Inspeção.

O termo de aceite é condição necessária ao pagamento parcial do objeto executado pela **CONTRATADA**. Além de declarar a conformidade das atividades executadas pela **CONTRATADA** com as exigências do edital e seus anexos, a Comissão de Inspeção fará a apuração dos quantitativos de atividades executadas e indicará o correspondente valor financeiro da medição com base nos valores unitários apresentados pela **CONTRATADA** na Carta Proposta Comercial.

Quando for realizada a inspeção final de entrega do projeto, após a conclusão da Etapa 3, última parcial da execução do projeto, deverá ser fornecida à Comissão de Inspeção toda a documentação da rede instalada, devendo nela estar presente:

- Arquivo de certificações dos pontos.
- Sumário das certificações impresso.
- Plantas das instalações de rede em formato .dwg e .pdf das plantas das instalações devidamente atualizadas (as-built) com as identificações dos pontos e infraestrutura de encaminhamentos devidamente cotadas.
- Arquivo em formato .vsd, do plano de face do rack e do diagrama de ligação entre as salas de telecomunicações.
- Certificado de garantia do objeto entregue.
- Relatório fotográfico que registre as instalações após conclusão do projeto.

Recebido o objeto deste edital (materiais e serviços) em conformidade com suas exigências, seus anexos e proposta da licitante, será emitido o Termo de Aceite definitivo dos materiais e serviços, condição necessária para que a USP efetue o pagamento da última parcial executada do projeto.

Todos os serviços executados deverão atender rigorosamente às especificações técnicas deste edital. A entrega dos mesmos fora das especificações aqui indicadas implicará a recusa por parte da Comissão de Inspeção, que aguardará nova convocação para inspeção tão logo a CONTRATADA realize as substituições ou reparos necessários à adequação das instalações.

A previsão de duração da inspeção (tanto a provisória quanto a definitiva) dos materiais fornecidos ou da execução dos serviços é de, no mínimo, 01 (um) dia útil.

O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de quaisquer de suas responsabilidades, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos bens e serviços fornecidos.

Os materiais e serviços ofertados e serviços prestados deverão atender as especificações técnicas constantes nesse edital.

Recebido o objeto deste edital (materiais e serviços) em conformidade com suas exigências, exigências de seus anexos e proposta da licitante, será emitido o Termo de Aceite definitivo dos serviços, condição necessária para que a USP efetue o pagamento da última parcial executada do projeto.

Todos os serviços executados deverão atender rigorosamente às especificações técnicas deste edital. A entrega dos mesmos fora das especificações aqui indicadas implicará na recusa por parte da Comissão de Inspeção, que aguardará nova convocação para inspeção tão logo a **CONTRATADA** realize as substituições ou reparos necessários à adequação das instalações.

A previsão de duração da inspeção dos materiais fornecidos ou da execução dos serviços é de 01 (um) dia útil.

O recebimento definitivo não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos bens e serviços fornecidos.

. Recebimento Provisório de materiais e serviços.

Para fins de execução dos testes de aceite, poderá ser tomada a totalidade do objeto ou poderá ser promovida uma abordagem amostral, tomando-se uma amostra aleatória do item em conformidade com a norma brasileira NBR-5426, Nível de Inspeção I, Plano de Amostragem Simples - Normal, NQA = 0,40. Sobre as amostras, serão feitos testes para aferição de suas características técnicas.

Quando os testes de aceite forem finalizados, o termo de aceite parcial ou somente termo de aceite será emitido no dia da sua finalização. Caso os mesmos estejam fora das especificações aqui indicadas, equipamento, material ou serviço será recusado.

Se houver recusa, a Comissão de Inspeção elaborará um relatório da realização dos testes.

O(s) item(s) em inconformidade deverá(ão) ser então reavaliado(s) pelo fornecedor que o(s) representará a Comissão de Inspeção para os procedimentos de teste do item.

Para esse segundo teste será tomada uma nova amostra de acordo com o especificado anteriormente, mas o nível de inspeção passará a ser II e o NQA = 0,10.

Se novamente um item não atender às condições de inspeção e apresentar inadequação técnica, com relação ao constante do edital e da proposta técnica, a Comissão de Inspeção realizará então teste em 100% dos materiais e equipamentos que todos os seus componentes atendam às condições de fornecimento.

b. Aceitação Provisória da execução do Serviço

Executados os serviços, o objeto contratual será recebido provisoriamente, mediante “Termo de Aceite Parcial” assinado pelas partes, em até 5 (cinco) dias úteis após envio de solicitação de inspeção encaminhada pela Contratada.

c. Aceitação de materiais e serviço.

A comissão irá realizar testes funcionais, abaixo descritos:

- . Quantificação de materiais e serviço entregues;
- a. Realizar a identificação de 100% de materiais e serviços entregues;
- b. Verificar a conformidade entre os itens ofertados na proposta e os apresentados, no que tange a marca, modelo e demais características de fornecimento;
- c. Verificar a homogeneidade dos itens apresentados;
- d. Verificar a funcionalidade de todas as características exigidas nos itens;
- e. Conferência de toda a documentação/informação técnica relativa aos itens, em conformidade com a proposta;
- f. O fornecedor deverá fornecer as built da rede no formato DWG com a identificação dos pontos e infraestrutura, indicação de encaminhamento canalizações, pontos de rede, e demais elementos de infraestrutura e cabeamento;
- g. Durante inspeção técnica deverá ser disponibilizado 1 (um) técnico munido de ferramentas e equipamentos a fim de aferir qualitativa e quantitativamente as instalações.
- h. A comissão irá emitir o Termo de aceite em caso de aprovação dos materiais e serviços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação da inspeção;
- i. Os materiais e serviços que não forem aprovados na inspeção/medição deverão ser reparados ou substituídos pela Contratada que posteriormente deverá solicitar novos testes.

Em momento anterior à convocação da inspeção, os materiais e/ou serviços deverão ser relacionados e quantificados e a lista deverá ser apresentada à Comissão em formato de planilha eletrônica.

É de responsabilidade da CONTRATADA convocar (por escrito) a Comissão de Inspeção com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, para a realização das visitas de inspeção.

NOTA: Atrasos na execução dos testes pelo não cumprimento das presentes regras serão de inteira responsabilidade da Contratada.

XIII. PAGAMENTO

No início de cada mês será realizada a Medição dos serviços realizados e já inspecionados e aceitos pela Comissão de Inspeção. Nela serão apuradas as atividades executadas e aceitas nas inspeções das atividades concluídas. Em uma medição serão

apurados os quantitativos de atividades executadas. Assim apura-se o valor da medição a partir dos valores unitários apresentados na Carta Proposta Comercial.

Apurada a medição da(s) atividades(s) concluída(s), será encaminhado para pagamento o correspondente valor apurado na parcial executada.

Os pagamentos decorrentes do presente contrato serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias corridos, considerando as atividades executadas, inspecionadas e aceitas, e recebidas dentro de cada período mensal, observando o cronograma apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela Administração. O prazo de pagamento será contado do primeiro dia seguinte ao da medição mensal dos materiais/serviços, nos termos da Portaria GR 4.710/2010 e alterações posteriores, que ficam fazendo parte integrante deste edital.

A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria da Universidade de São Paulo – **EEFE-USP**, a favor da CONTRATADA, exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A. a ser indicada pela CONTRATADA, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DESCRIPTIVO TÉCNICO DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DAS CÂMERAS

Demanda de Compra nº 162956/2025

1. Objeto

Aquisição e instalação de **câmeras IP de 4 MP**, incluindo todos os serviços necessários para configuração, comissionamento e integração ao sistema de videomonitoramento existente da EEFÉ-USP, conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

2. Justificativa

A contratação visa ampliar a segurança institucional da EEFÉ-USP, por meio da implantação de um sistema de videomonitoramento robusto, confiável e de fácil manutenção, permitindo vigilância contínua em áreas estratégicas da unidade.

3. Quantitativo

105 (cento e cinco) câmeras IP.

4. Especificações Técnicas Mínimas

As câmeras deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- **Resolução mínima:** 4 MP (2560 × 1440).
- **Sensor de imagem:** CMOS progressivo 1/2.9".
- **Lente fixa:** distância focal de 2,8 mm.
- **Ângulo de visão:** mínimo de 95° (horizontal).
- **Iluminação mínima:** 0,006 Lux em modo colorido e 0 Lux com IR ativado.
- **Alcance IR:** no mínimo 30 metros.
- **Recursos de Inteligência Artificial (IA):** detecção de pessoas e veículos; suporte a linha e cerca virtual.
- **Compressão de vídeo:** H.265/H.264, com suporte a compressão inteligente (H.265+/H.264+).
- **Taxa de quadros:** até 30 FPS em todas as resoluções.
- **Streaming:** mínimo de 2 fluxos de vídeo simultâneos (dual stream).
- **Áudio:** microfone embutido com compressão G.711 ou equivalente.
- **Armazenamento local:** entrada para cartão microSD de até 256 GB.

- **Rede:** interface Ethernet 10/100 Base-T, compatível com protocolo ONVIF (perfil S/T/G).
- **Alimentação:** PoE (IEEE 802.3af) e 12 VDC.
- **Proteção:** Grau de proteção mínimo IP67 contra poeira e água.
- **Construção:** corpo metálico ou metálico/plástico de alta durabilidade.
- **Condições de operação:** -40 °C a +60 °C; umidade <95%.
- **Consumo máximo:** até 5,1 W.

5. Instalação e Serviços

- Fixação física das câmeras em pontos definidos no projeto.
- Lançamento de cabos e conexão em rede estruturada PoE.
- Configuração de rede, codificação de vídeo, recursos de IA e armazenamento.
- Testes de funcionamento, ajuste de foco, alinhamento e entrega de relatório de certificação.

6. Garantia e Suporte

- Garantia mínima de **12 meses** para os equipamentos.
- Assistência técnica e suporte durante o período de garantia.
- Fornecimento de manuais e documentação técnica em português.

7. Modelo de Referência

Como **modelo de referência**, indica-se a câmera **Intelbras VIP 3430 D IA**, sem que tal indicação implique em exclusividade, servindo apenas como parâmetro para aferição de equivalência técnica.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

ANEXO III – PROPOSTA COMERCIAL

À Escola de Educação Física e Esporte (EEFE-USP),

Objeto da Contratação: Prestação de serviços de instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado, contemplando a implantação de 182 (cento e oitenta e dois) pontos de rede, com fornecimento de todos os materiais necessários, tais como eletrocalhas, eletrodutos, canaletas de alumínio aparentes, entre outros; bem como o fornecimento, instalação e configuração de 105 (cento e cinco) câmeras, integrando-as ao sistema de videomonitoramento existente da EEFE-USP, nos termos das especificações e condições mínimas constantes no Termo de Referência e demais anexos.

PROPOSTA – ITEM 01

SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, DEVENDO CONTEMPLAR: INSTALAÇÃO DE PONTOS DE REDE PARA SUPORTE ÀS CÂMERAS DE CFTV E AOS EQUIPAMENTOS WI-FI, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

SERVIÇO (R\$) = (PREÇOS DE MATERIAIS + MÃO DE OBRA) X QTDE						MATERIAL	M.O.	TOTAL DO ITEM (D)
	DESCRIÇÃO (CONFORME ANEXO I DO EDITAL)	UNIDADE	FABRICANTE	MODEL O	QTDE (A)	R\$/UNID (B)	R\$/ UNID (C)	A x (B+ C)
INFRAESTRUTURA GALVANIZADA								
1	Eletrocalha perfurada, 300x50mm, com virola, chapa 18, com tampa, com acessórios de fixação e talas de emendas;	BARRA			1			
2	Eletrocalha perfurada, 100x100mm, com virola, chapa 18, com tampa, com acessórios de fixação, derivação, talas de emendas, tampa terminal 100x100mm;	BARRA			34			
3	Te Horizontal 90" , perfurada, 300x50mm com tampa, virola, chapa 18;	UN			1			
4	Curva Vertical Externa 90", 300x50mm perfurada, com tampa, virola, chapa 18;	UN			1			
5	Flange para Eletrocalha 100x100mm;	UN			2			



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

6	Te Horizontal 90" , perfurada, 100x100mm com tampa, virola, chapa 18;	UN			2			
7	Eletrocalha perfurada, 50x50mm, com virola, chapa 18, com tampa, com acessórios de fixação e talas de emendas;	BARRAS			3			
8	Curva Horizontal de 90', perfurada, com tapa, virola, chapa 18, 50x50mm;	UN			1			
9	Curva externa 90", perfurada, com virola, tampa, 100x100mm, chapa 18;	UN			2			
10	Curva externa 90", perfurada, com virola, tampa, 300x50mm, chapa 18;	UN			1			
11	Flange para Eletrocalha 50x50mm;	UN			1			
12	Flange para Eletrocalha 300x50mm;	UN			1			
13	Eletroduto galvanizado liso de 2";	MTS			99			
14	Abraçadeira tipo D, 2", com cunha;	UN			10			
15	Unidute reto de alumínio de 2";	UN			38			
16	Unidute cônico de alumínio de 2" com bucha e arruela;	UN			48			
17	Condulete de alumínio 2", tipo C, com tampa;	UN			33			
18	Curva longa de eletroduto de 90", 2";	UN			3			



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

19	Eletroduto liso galvanizado de 1";	MTS			372			
20	Eletroduto liso galvanizado a fogo de 1";	MTS			30			
21	Abraçadeira tipo D, 1", com cunha;	UN			314			
22	Curva longa de eletroduto de 90", 1";	UN			42			
23	Unidute reto de alumínio de 1";	UN			118			
24	Unidute cônico de alumínio de 1" com bucha e arruela;	UN			190			
25	Fita de aço, perfurada para fixação de eletroduto de 1";	MTS			10			
26	Eletroduto liso galvanizado de 1 1/2";	MTS			10			
27	Eletroduto liso galvanizado de 1 1/2" a fogo;	MTS			10			
28	Unidute reto de alumínio de 1 1/2";	UN			4			
29	Unidute cônico de alumínio de 1 1/2" com bucha e arruela;	UN			6			
30	Condutele de alumínio tipo C, com tampa, 1 1/2";				3			
31	Abraçadeira tipo D, 1 1/2", com cunha;				16			
32	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 15x15x12cm;	UN			58			
33	Caixa de passagem de alumínio, com tampa, vedação, 20x20x12cm;	UN			2			
34	Condutele de alumínio tipo C de 1" com tampa;	UN			76			



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

35	Conduíte Espiralado Flexível 1", cor preto;	MTS			18			
36	Parafuso S8 com bucha e arruela;	CENTO			13			
37	Saída lateral para eletroduto de 1 1/2";	UN			2			
INFRAESTRUTURA APARENTE DE ALUMÍNIO								
38	Canaleta de Alumínio tipo D, perfil de 25, tampa ranhurada, cor branca;	MTS			15			
39	Tampa terminal, cor branca, perfil 25;	UN			2			
40	Porta equipamento para 4 posições, cor branca, perfil 25, padrão keystone;	UN			5			
41	Adaptador 3x1 para Eletroduto de 1", perfil 25, cor branca;	UN			2			
42	Caixa de Derivação tipo X, perfil 25, cor branca;	UN			2			
43	Curva Vertical Interna, ranhurada, perfil, 25, cor branca;	UN			2			
44	Curva Horizontal, raio 60mm, perfil 25, com tampa ranhurada, cor branca, com septo;	UN			1			
CONECTIVIDADE								
45	Rack fechado de parede, 12 UA, com tampas laterais perfuradas/removíveis, com 1 ventilador de teto, porta frontal acrílica com chave, tomada de rede elétrica, 4 tomadas, com 50 parafusos e porca gaiola;	UN			1			



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

46	Rack fechado de parede, 6 UA, com tampas laterais perfuradas/removíveis, com 1 ventilador de teto, porta frontal acrílica com chave, tomada de rede elétrica, 4 tomadas, com 24 parafusos e porca gaiola;	UN			1			
47	Cabo UTP, não blindado, LSZH, 4 pares, cor azul, cat. 6;	CXS			31			
48	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor preta, cat. 6;	UN			182			
49	Conector RJ-45, fêmea, tipo keystone, cor branca cat. 6;	UN			182			
50	Patch panel modular, descarregado, padrão 19", cor preto;	UN			13			
51	Patch cord de estação, cor azul, cat. 6, 2,5 mts;	UN			58			
52	Patch cord de manobra, cor azul, cat. 6, 1 mts;	UN			304			
53	Patch cord de manobra, cor azul, cat. 6, 5 mts;	UN			2			
54	Espelho 4x2, cor branca, 2 posições, com 2 espelho cego para 1 posição;	UN			68			
55	Guia de cabo 1UA, com tampa, para padrão 19"	UN			22			
56	Caixa aparente 4x2, cor branca;	UN			71			



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

57	Caixa de sobrepor Surface Box, 2 posição;	UN			62			
58	Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 06 fibras SM com Acoplador LC ;	UN			2			
59	Distribuidor Interno Óptico (DIO) – 12 fibras SM com Acoplador LC;	UN			1			
60	Patch cord óptico LCLC, SM, polimento UPC-UPC, curto;	UN			4			
61	Cabo de fibra Óptica Monomodo (9/125µm) - uso Interno / Externo - CFOA-SM-DDR-S-06;	MTS			350			
62	Fita reutilizável para amarração de cabos UTP (Velcro fino), cor preto;	UN			25			
63	Certificação de ponto de rede Cat.6	UN			182			
64	Fusão ótica, fibra SM	UN			18			
65	Remoção da infraestrutura obsoleta	UN			03			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)								

PROPOSTA - ITEM 02

FORNECIMENTO DO PRODUTO COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO. COM GARANTIA DE 12 MESES, QUE ABRANGE A REALIZAÇÃO DA **MANUTENÇÃO CORRETIVA** DOS BENS PELO PRÓPRIO CONTRATADO, OU, SE FOR O CASO, POR MEIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS.

	DESCRIÇÃO	UNIDADE	FABRICANTE	MODELO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	CÂMERAS IP DE 4 MP, CONFORME EDITAL E ANEXOS	UNIDADE			105		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)							



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

PROPOSTA – ITEM 03 SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DAS CÂMERAS E CONFIGURAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	FABRICANTE	MODELO	QTDE	PREÇO MENSAL	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DAS CÂMERAS, CONFIGURAÇÃO, COMISSONAMENTO E INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO EXISTENTE DA EEFE-USP, CONFORME EDITAL E ANEXOS	SERVIÇO			1		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)							

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

CEP/CIDADE/ESTADO:

Telefone:

Endereço Eletrônico:

Representante Legal:

Qualificação (cargo, RG, CPF)

Validade da proposta de 30 dias;

Dados bancários:

Banco do Brasil S/A:

Agência:

Número da conta:

Condições de pagamento: 28 dias corridos;

Prazo de Execução dos serviços de Instalação de infraestrutura de rede, fornecimento e instalação das câmeras: 60 dias corridos;

Prazo de Execução do serviço de manutenção preventiva: 12 meses

Assinatura:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Processo SEI nº 154.00011270/2025-77

Contrato nº [NN/2026]-EEFE/USP

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE – EEFE** E A EMPRESA **[NOME DA EMPRESA]** OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, CONTEMPLANDO A IMPLANTAÇÃO DE 182 (CENTO E OITENTA E DOIS) PONTOS DE REDE; BEM COMO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE 105 (CENTO E CINCO) CÂMERAS, INTEGRANDO-AS AO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO EXISTENTE DA EEFE-USP

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **2026**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da **ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE – EEFE**, inscrita no C.N.P.J. sob nº **63.025.530/0022-39**, localizada na **Av. Prof. Mello Moraes, 65, Cidade Universitária, CEP: 05508-030, São Paulo – SP**, neste ato representada por seu **Diretor, o Prof. Dr. Umberto Cesar Corrêa**, por delegação de competência, nos termos da **Portaria GR nº 8321/2024** e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº]**, sediada à **[endereço completo]**, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021**, demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de instalação de infraestrutura de cabeamento estruturado, contemplando a implantação de 182 (cento e oitenta e dois) pontos de rede, com fornecimento de todos os materiais necessários, tais como eletrocalhas, eletrodutos, canaletas de alumínio aparentes, entre outros; bem como o fornecimento, instalação e configuração de 105 (cento e cinco) câmeras, integrando-as ao sistema de videomonitoramento existente da EEFE-USP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Implantação de 182 (cento e oitenta e dois) novos pontos de conectividade em cabeamento UTP, e toda a infraestrutura de encaminhamento (eletrocalhas, eletrodutos e canaletas de alumínio aparentes) necessária para suportar a conexão de Câmeras, Antenas de rede sem fio e a área de trabalho (AT) dos usuários da rede local	SERVIÇO	1		
	2	Fornecimento de câmeras IP	UNIDADE	105		
	3	Instalação de 105 câmeras IP de 4 MP, incluindo todos os serviços necessários para configuração, comissionamento e integração ao sistema de videomonitoramento existente da EEFE-USP	SERVIÇO	1		

1.3. O quantitativo, os valores unitários e os valores totais referentes ao item acima são os constantes na **proposta comercial** apresentada pela Contratada no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 03/2026– EEFE/USP**, a qual integra este contrato para todos os fins.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. Edital da Licitação - **PREGÃO nº 03/2026 – EEFE/USP**.

1.4.2. Termo de Referência.

1.4.3. Proposta Comercial datada de **[NN/NN/NNNN]**.

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias úteis** contados da **data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R\$...... (.....)**, perfazendo o valor total de **R\$...... (.....)**.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **DD/MM/AAAA**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = Po . [(IPC / IPCo) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste.

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC / IPCo = variação do **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor**, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.1.8.1. A Administração terá o **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no **prazo máximo de 10 (dez) dias**, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.
- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFÉ

- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 9.1.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 11.1. Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o **CONTRATADO** prestou garantia na modalidade _____, no valor de **R\$** _____, em conformidade com o disposto nos artigos 96 e 98, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 11.2. O valor indicado acima corresponde a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

11.3. O Termo de Referência estabelece as regras que serão aplicadas em relação à garantia de execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) dar causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da [Resolução USP nº 8548/2023](#).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na [Resolução USP nº 8548/2023](#):

- a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.
 - a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:
 - I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
 - II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.
- b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.
 - b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
 - I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

- II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
- b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#)), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - b) as peculiaridades do caso concreto.
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – [Resolução USP nº 8548/2023](#)).

12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na [Portaria GR nº 6723/2016](#).

12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.4.3. Indenizações e multas.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: Escola de Educação Física e Esporte da USP;

II. Fonte de Recursos: Tesouro;

III. Programa de Trabalho: 122;

IV. Elemento de Despesa: 339030, 339039, 339040;

V. Plano Interno: Planejamento da Unidade;

VI. **Nota de Empenho:**



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

São Paulo/SP, na data de sua assinatura eletrônica

UMBERTO CESAR CORRÊA
Diretor da EEFE/USP

NOME DO REPRESENTANTE
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

2 –



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

ANEXO V – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 – EEFE

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, localizada em (endereço completo), por meio de seu Representante Legal/Preposto, o(a) Sr.(a), portador(a) da carteira de identidade n.º e do CPF n.º, declara, sob as penalidades previstas pela legislação vigente, que possui pleno conhecimento das condições e características relacionadas à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esta questão, e que não recorrerá a ela para quaisquer reivindicações futuras que envolvam questões técnicas ou financeiras com a Contratante.

Assinatura do representante da Empresa:

NOME
IDENTIDADE